



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O Brasil contemporâneo na busca da cidadania

RELATÓRIO ANUAL **2005**

Câmara dos Deputados

Comissão de
Fiscalização Financeira
e Controle

Relatório Anual
2005

SUMÁRIO

Membros da Comissão, 4

Equipe Técnica, 5

Apresentação, 6

Resumo das Atividades, 8

Propostas de Fiscalização e Controle, 9

Representações, 16

Requerimentos, 18

Emendas ao Orçamento, 22

Audiências Públicas, 23

Outros Eventos, 43

Atuação Parlamentar, 44

Avisos do Tribunal de Contas da União, 46

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PRESIDENTE: Deputado ALEXANDRE CARDOSO

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO GARCIA

3º VICE-PRESIDENTE: Vago

<i>TITULARES</i>	<i>PARTIDO</i>	<i>SUPLENTE</i>
COLOMBO – PR VITORASSI – PR 2 Vagas	PT	EDUARDO VALVERDE – RO JOSÉ MENTOR – SP SIGMARINGA SEIXAS – DF VIRGÍLIO GUIMARÃES – MG
ANÍBAL GOMES – CE - vaga PTB ASDRUBAL BENTES – PA- vaga PL FERNANDO LOPES – RJ MAURO BENEVIDES – CE OLAVO CALHEIROS - AL	PMDB	JOÃO CORREIA – AC – vaga PTB JOÃO MAGALHÃES – MG MARCELINO FRAGA – ES (Deputado do PDT ocupa vaga)
ALDIR CABRAL – RJ (Deputado do PSDB ocupa vaga) (Deputado do PP ocupa vaga)	PFL/PRONA	JOSÉ CARLOS MACHADO – SE PAUDERNEY AVELINO – AM RODRIGO MAIA – RJ
EDUARDO PAES – RJ MANOEL SALVIANO – CE PAULO BAUER – SC - vaga PFL/PRONA	PSDB	JOÃO ALMEIDA – BA LUIZ CARLOS HAULY – PR
FRANCISCO GARCIA – AM RONIVON SANTIAGO – AC - vaga PFL/PRONA SIMÃO SESSIM - RJ	PP	LUIZ CARLOS HEINZE - RS 1 Vaga
ELAINE COSTA - RJ (Deputado do PMDB ocupa a vaga)	PTB	IRIS SIMÕES – PR (Deputado do PMDB ocupa a vaga)
(Deputado do PMDB ocupa a vaga) 1 Vaga	PL	WELLINGTON ROBERTO – PB 1 Vaga
1 Vaga	PPS	(Deputado PSB ocupa a vaga)
ALEXANDRE CARDOSO – RJ PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO – PE - vaga PDT	PSB	B.SÁ – PI (vaga do PPS) BARBOSA NETO – GO - vaga PDT PAULO BALTAZAR – RJ
(Deputado do PSB ocupa a vaga)	PDT	RENATO COZZOLINO – RJ - vaga PMDB (Deputado do PSB ocupa a vaga)

EQUIPE TÉCNICA

SECRETÁRIA

Maria Linda Magalhães

Cláudio Ramos Aguirra

Dácio Garcia Silva

Gerson de Amorim Correa

Maria de Fátima Morbach de Medeiros

Nádia Lúcia das Neves Raposo

Neusa Maria Lima Barreto
Patrícia da Silveira Cavalcante

Pedro Aguiar de Oliveira

Regina Pereira Games

Rosana Aparecida Coutinho Bernardes

PRÓ-ADOLESCENTES

Aline do Carmo Teixeira

Geraldo do Rosário Júnior

No mesmo ano em que o Brasil esteve sujeito a turbulências políticas, fartamente noticiadas e, por isso, do conhecimento do povo, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados esforçou-se e conseguiu desenvolver significativo papel para que a Nação tenha ao alcance meios para ajudar a fiscalizar o emprego do dinheiro público.

Com esse objetivo, a Comissão compilou a legislação pertinente ao tema, converteu os dados em linguagem acessível e editou um manual para o exercício da cidadania, dando-lhe, como título, denominação também mais ao alcance do povo: Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle.

Nossas atividades, que não se limitaram a essa iniciativa, permitiram avançar no cumprimento das elevadas atribuições peculiares a este órgão técnico da Câmara.

Sacudido por uma crise sem precedentes no cenário político-governamental, o Brasil, sai desse episódio mais amadurecido e, sem dúvida, mais atento no que toca ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos pelos governos em todas as esferas: a federal, a estadual e a municipal.

Nesse particular, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle insere-se como poderoso instrumento de apoio para que até o mais simples cidadão do nosso interior possa, como é de seu legítimo direito, exercer prerrogativa inalienável do povo brasileiro: ser informado, acompanhar e fiscalizar a correta aplicação do dinheiro arrecadado pela via de impostos e taxas.

Nesse sentido, estivemos vigilantes, direcionando as atividades aqui desenvolvidas na cobrança da execução de obras públicas. Há, por todo o País, obras inacabadas, exibindo o descaso e a irresponsabilidade de dirigentes administrativos que pouco ou nenhum apreço conferem à coisa pública. Na verdade, demonstram muito mais despreparo para governar ou propósitos que visam tão somente a obter dinheiro e vantagens, com o acesso irregular a licitações, mediante a prática de fraudes. E, não raro, para ganhos partidários pelo encaminhamento de negociações espúrias ou pelo chamado aparelhamento da máquina estatal.

Procuramos, com esse objetivo, saber quantas e quais são as obras paralisadas nos Estados e Municípios. Para tanto, pedimos aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a identificação dessas obras, pelas ARTs para as quais ainda não foi dada baixa. Somente 14 se manifestaram.

Com idêntico propósito fiscalizador, solicitamos a 103 Prefeituras, todas de cidades com mais de 200 mil habitantes, informações acerca da cobrança da taxa

de coleta de lixo, diretamente ou por terceirização, os valores pagos por tonelada, e a qual percentual da população corresponde a quantidade de lixo coletada. Recebemos apenas 59 respostas, ou seja, pouco mais da metade das consultas. Mas já é um começo.

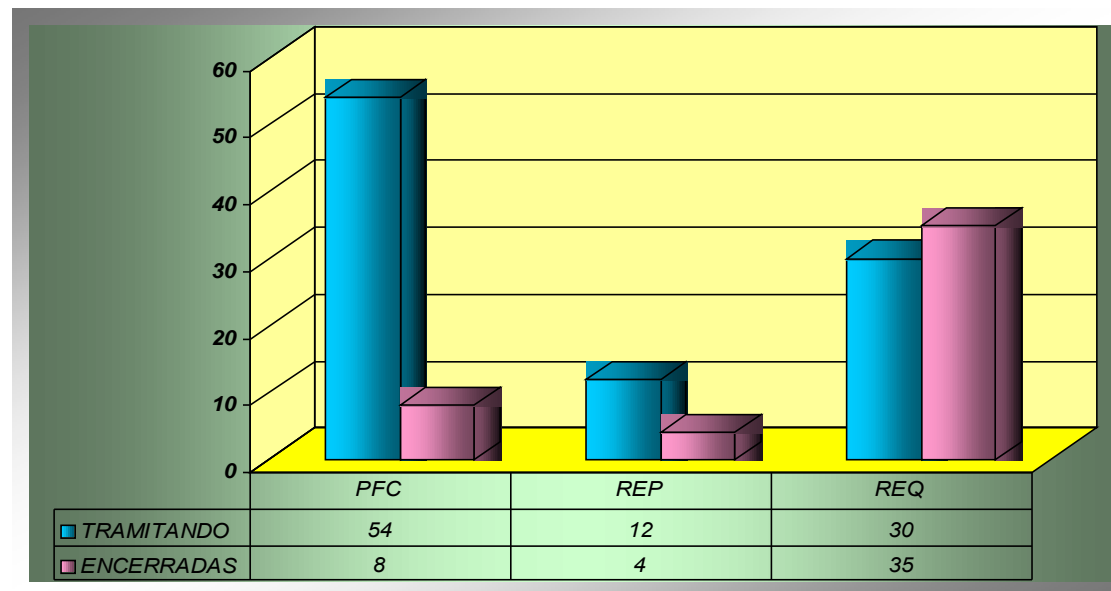
Ações como essas deverão de se tornar rotineiras nesta Comissão, sendo desejável que nossa atenção faça coro com o que hoje igualmente passa a ser rotina no interior do País, junto às populações, no caso as mais prejudicadas pelos desmandos de dirigentes.

Dos nossos pares, recebemos palavras de apoio, pelo que registro meu mais profundo agradecimento. Das populações, chegam-nos apreensões diante de tantos e insistentes malfeitos, mas, também, manifestações em favor da continuidade de um trabalho permanente de apoio à fiscalização, para que o dinheiro do sofrido povo brasileiro seja empregado corretamente, sem malversações, esbanjamento ou quaisquer outras práticas inaceitáveis.

Brasília, 15 de dezembro de 2005.

RESUMO DAS ATIVIDADES

GRÁFICO DE PROPOSIÇÕES



REUNIÕES REALIZADAS - 2005

DELIBERATIVAS		AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ORDINÁRIAS	OUTROS EVENTOS	TRABALHO DE COMISSÕES
ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	9	3	1	1
18	1				

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/1997 - do Sr. Cunha Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União fiscalização especial junto ao Banco Central do Brasil, relativamente às apurações de fraudes cambiais em processos de importação inexistentes e das responsabilidades dos que as praticaram".

Aprovado o Relatório Final em 03/08/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 81/1997 - do Sr. Cunha Bueno, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União fiscalização especial junto à Central de Medicamentos - CEME, do Ministério da Saúde, com vistas a apurar irregularidades na compra de medicamentos".

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 19/05/1999. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 12/1999 - do Sr. Miro Teixeira, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção, no Banco do Brasil S.A., sobre a contratação de diversos serviços mediante dispensas de licitações, com preços acima do mercado, bem como outras ocorrências".

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 08/12/1999. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 14/1999 - do Sr. Miro Teixeira, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle da legalidade dos procedimentos administrativos por parte do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, relativamente à contratação de projeto, sem licitação pública, com vistas à modernização e revitalização do seu edifício-sede".

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 08/12/1999. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 30/2000 - do Sr. Confúcio Moura, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção para demonstrar a situação atual e histórica de desempenho do FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia, administrado pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, e apurar denúncias de inúmeras irregularidades".

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 04/04/01. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 45/2001 - do Sr. João Grandão, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle requeira do TCU a realização de inspeção nos relatórios contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial no TRE/BA".

Aprovado o Relatório Prévio pelo arquivamento em 18/05/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 55/2001 - do Sr. Wellington Dias, propondo "que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, fiscalize os Relatórios produzidos pela United States Department of Agriculture e pelo Ministério da Agricultura do Brasil, nos quais há diferença nos valores indicados relativos à produção de soja no Brasil".

Aprovado o Relatório Final em 05/10/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 59/2001 - do Sr. JOÃO COSER - Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle requirite ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria e a instauração de Tomada de Contas Especial dos Convênios firmados pelo governo do Estado do Espírito Santo cujos recursos sejam oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT".

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 24/04/02. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/2002 - do Sr. Jaime Martins, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize a execução da Emenda da Bancada de Minas Gerais ao Orçamento Geral da União para 2002, funcional programática 18.544.0515.1851.1292, com especial ênfase para a Obra de Construção e Recuperação de Infra - Estrutura Hídrica em Ipatinga - MG, com recursos oriundos dessa mesma emenda, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)”.

Aprovado o Relatório Final em 10/08/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 75/2002 - do Sr. Beto Albuquerque, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira fiscalize o Governo Federal, em especial os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e dos Transportes, no que diz respeito aos procedimentos de controle dos recursos da CIDE que não estão sendo aplicados na sua finalidade legal”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 02/2003 - do Sr. Murilo Zauith, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle sobre pagamentos suspeitos realizados pela Petrobrás a empresas do Estado do Mato Grosso do Sul”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 04/2003 - do Sr. Wagner Lago, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite à ANEEL, BNDES e ELETROBRÁS prestem informações sobre a privatização da CEMAR - Companhia Energética do Maranhão e sobre a crise financeira em que ela se encontra e as razões da intervenção”.

Aprovado o Relatório Prévio em 13/08/03. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 12/2003 - do Sr. Zé Geraldo, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre os atos praticados pela Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia / PA”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 13/2003 - do Sr. Eduardo Cunha, que “solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que faça uma fiscalização e controle na Fundação Real Grandeza, em conjunto com membros do TCU, da Secretaria da Previdência Complementar e da CVM acerca das operações de investimento desta Fundação”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 24/09/03. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 14/2003 - do Sr. Zé Geraldo, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre os atos praticados pela Prefeitura Municipal de Porto de Moz / PA”.

Aprovado o Relatório Prévio em 03/09/03. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 15/2003 - do Sr. Nelson Pellegrino, propondo “que A Comissão De Fiscalização Financeira E Controle, fiscalize a aplicação dos recursos financeiros repassados ao Distrito Federal para aplicação no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mais precisamente para a aquisição de equipamentos por meio do contrato nº 45/2002, à empresa denominada Bronto Skylift, em 12 de junho de 2002, sem licitação, mediante o fundamento da inexigibilidade”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 16/2003 - do Sr. Zé Geraldo, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio do TCU, sobre os atos praticados pela Prefeitura Municipal de Paragominas / PA”.

Aguardando Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 19/2003 - do Sr. Jaime Martins, propondo “à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que fiscalize o BNDES, com vistas a examinar os negócios dessa instituição celebrados com o atual grupo AES, bem como a gestão da Eletropaulo após a privatização”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 08/06/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 20/2003 - do Sr. Alexandre Cardoso, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite às operadoras de telefonia móvel do país e os Secretários de Segurança Pública dos Estados que esta Comissão considerar necessários prestem esclarecimentos sobre os procedimentos de reabilitação de aparelhos de celular usados”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 22/2003 - do Sr. Alexandre Santos, propondo “que a Câmara dos Deputados através da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, exerça fiscalização sobre a atuação da Receita Federal”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 23/2003 - do Sr. Orlando Fantazzini, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, providencie a fiscalização da aplicação dos recursos do FNDCT/FUNDOS SETORIAIS, destinados a Santa Catarina em 2003”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 03/08/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 24/2004 - do Sr. Jaime Martins, propondo “à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que investigue a participação dos fundos de pensão no leilão de privatização da Telebrás”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 25/2004 - do Sr. João Magalhães, propondo, nos termos regimentais, a realização de uma PFC - Proposta de Fiscalização e Controle nas operações do Grupo Opportunity na gestão da Brasil Telecom e nas associações com Fundos de Pensão de empresas estatais”.

Aguardando o Relatório Prévio. (Tramitando em conjunto com a PFC 24//2005).

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 28/2004 - do Sr. Rodrigo Maia, propondo que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle sobre a Loteria do Estado do Rio de Janeiro – LOTERJ”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 30/2004 - do Sr. Severino Cavalcanti, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao TCU a realização de Tomada de Contas Especial no Município de João Alfredo – PE”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 33/2004 - do Sr. André Luiz, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle sobre denúncias de improbidade administrativa da atual gestão das Entidades Fecomércio, SESC e SENAC – RJ”.

Aprovado o Relatório Prévio pelo arquivamento em 09/11/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 38/2004 - do Sr. Colbert Martins, Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC a realização de levantamento e diagnóstico da realidade salarial das prefeituras brasileiras, com relação ao atendimento do pagamento de salário mínimo legal aos servidores municipais”.

Aprovado o Relatório Prévio em 18/05/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 39/2004 - do Sr. Almir Moura, propondo “que seja realizado ato de fiscalização nas possíveis irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União em reajustes de tarifas por fornecimento de energia elétrica autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 40/2004 - do Sr. Almir Moura, propondo “que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização para apurar irregularidades no recolhimento de tributos por parte de indústrias e distribuidoras de bebidas”.

Aprovado o Relatório Prévio pelo arquivamento em 26/10/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 41/2004 - do Sr. Murilo Zauith, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para apurar a regularidade das despesas com passagens aéreas, no exercício de 2003, efetuadas pelo Governo Federal, indicando a evolução desses gastos com base no exercício anterior”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 10/08/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 45/2004 - do Sr. João Pizzolatti, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para verificar a implementação tempestiva das providências indicadas pela ANATEL que obriguem às concessionárias de serviço público de telefonia prestarem informações sobre as ligações locais efetuadas entre telefones fixos, a fim de permitir aos usuários o controle de suas faturas”.

Aprovado Relatório Prévio pela implementação em 09/11/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 46/2004 - do Sr. André Luiz, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize os atos de fiscalização realizados pelo Poder Executivo relativamente às denúncias de operações financeiras forjadas para remessa ilegal de lucro ao exterior da Concessionária Ponte Rio Niterói S.A e avalizada por uma de suas controladoras a Construtora Camargo Corrêa S.A.”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 50/2004 - do Sr. André Luiz, propondo “que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize os atos de fiscalização realizados pelo Poder Executivo relativamente à participação do Banco Bradesco, e às denúncias de desvios e lavagem de dinheiro da empresa SPCobra e o favorecimento das empresas Expansion, Cobra Bahia, Comunicaciones San Pablo, Mantinimientos Bahia e a Instalaciones Bahia da empresa espanhola Cobra a e os atos passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial relacionados com a prestação de serviços de telefonia e informática à Empresa Telefônica no Brasil e Banco do Brasil”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 53/2004 - do Sr. Geraldo Resende, que “Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a fiscalização do volume de recursos tanto quanto de sua destinação, além de avaliação da proporção do que foi investido, com o que foi produzido na área abrangida pelo Projeto de Irrigação da Gleba Santa Terezinha no Município de Itaporã, no Mato Grosso do Sul, e os atos passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial relacionados com o referido Projeto”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 60/2005 - da Sra. Alice Portugal, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria da licitação e do contrato de concessão de obra pública firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiás, e o Banco Bradesco S/A”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 61/2005 - do Sr. Pastor Francisco Olímpio, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize juntamente com o Tribunal de Contas da União a atuação da ANEEL e das Centrais Elétricas do Maranhão -CEMAR no programa Luz para Todos no Estado do Maranhão”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 62/2005 - do Sr. Pastor Francisco Olímpio, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, promova fiscalização e auditoria na aplicação dos recursos oriundos dos convênios do Município de Santa Inês - MA com o Sistema Único de Saúde – SUS”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 08/06/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 63/2005 - do Sr. Eduardo Valverde, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize o município do Rio de Janeiro em relação à utilização dos recursos financeiros repassados pela União destinados ao pagamento de prestadores de saúde e gestão da rede municipal de hospitais”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 65/2005 - da Sra. Elaine Costa, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais na área de saúde, conveniados com as Prefeituras Municipais do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu”.

Aguardando o Relatório Prévio. (Tramitando em conjunto com a PFC 63/2005).

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 66/2005 - do Sr. Carlos Melles, que “Propõe a realização de ato de fiscalização e controle referente aos valores arrecadados, contabilização e destinação dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE”.

Aguardando o Relatório Prévio. (Tramitando em conjunto com a PFC 75/2002).

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 70/2005 - do Sr. Rodrigo Maia, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados fiscalize as denúncias veiculadas contra a pessoa do Sr. Henrique de Campos Meireles, Presidente do Banco Central do Brasil”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/2005 - do Sr. Paulo Feijó, que “Propõe a realização pelo TCU de uma auditoria operacional em caráter de urgência, com o objetivo de uma reavaliação do real patrimônio público da extinta Rede Ferroviária Federal S/A.”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 09/11/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 74/2005 - do Sr. Eduardo Paes, que “Propõe no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Proposta de Fiscalização com vistas a averiguar as denúncias sobre irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 75/2005 - do Sr. José Carlos Aleluia, que “Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados sejam apurados os indícios de irregularidade na elevação substancial de gastos do Governo Federal com a terceirização de serviços públicos”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 10/08/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 76/2005 - do Sr. Asdrubal Bentes, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, promova fiscalização e auditoria na aplicação dos recursos oriundos dos convênios e fundos constitucionais, nos últimos 4 anos, do Município de Marabá - Pará, com o Sistema Único de Saúde – SUS”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 10/08/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 77/2005 - do Sr. José Carlos Aleluia, que “propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados sejam apuradas as irregularidades nos procedimentos licitatórios conduzidos no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme denúncia da revista Veja, edição nº 1.905”.

Aprovado o Relatório Prévio pelo arquivamento em 24/08/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 78/2005 - do Sr. Eduardo Valverde, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas contas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com objetivo de apurar irregularidades denunciadas pela imprensa”.

Aprovado o Relatório Prévio pelo arquivamento em 24/08/05.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 79/2005 - do Sr. Luiz Carlos Hauly, que “Propõe a fiscalização e controle das fraudes ocorridas em concursos públicos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE / UNB”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 10/08/05. Aguardando agendamento.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 80/2005 - do Sr. Eduardo Paes, que “Propõe no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalização com vistas a averiguar as denúncias sobre irregularidades na aplicação dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 82/2005 - do Sr. Leonardo Mattos, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para verificar regularidade de todos os atos administrativos e procedimentos licitatórios para a implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 09/11/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 84/2005 - do Sr. João Correia, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização e controle para verificar em Brasília e “in loco”, assessorado pela auditoria do TCU, todos os atos administrativos, procedimentos licitatórios e operacionais da construção da BR - 364 e 317, no Estado do Acre, nos últimos 10 anos”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 26/10/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 85/2005 - da Sra. Juíza Denise Frossard, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria em contrato de compra e venda de bens e serviços e sua execução, sem licitação, no valor de R\$ 8.316.000,00 firmado entre o INSS e a Universidade de Brasília, denunciadas pela imprensa”.

Aprovado o Relatório Prévio em 26/10/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 86/2005 - do Sr. Luiz Carlos Hauly, que “Propõe a fiscalização e controle dos repasses de recursos federais na área de saúde para o município de Recife, no Estado de Pernambuco, no período de janeiro de 2001 a junho de 2005”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 88/2005 - do Sr. Geraldo Resende, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do TCU, para verificar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000 pelos Estados e Distrito Federal, desde o exercício de 2001”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 90/2005 - do Sr. Geraldo Resende, que “ Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados realize ato de fiscalização e controle para verificar o cumprimento da Emenda Constitucional 29 pelo Estado do Mato Grosso do Sul”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio. (Tramitando em conjunto com a_PFC 88/05).

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 91/2005 - do Sr. Aldir Cabral, que “Propõe a fiscalização e controle nas operações realizadas pela TELEMAR com as empresas BR4 e GAMECORP S/A”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 93/2005 - do Sr. César Bandeira, que “Propõe seja realizada através da Controladoria - Geral da União - CGU, fiscalização na aplicação dos recursos do FUNDEF, no Município de Vitorino Freire, Estado do Maranhão”.

Aprovado o Relatório Prévio pela implementação em 09/11/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 94/2005 - do Sr. César Bandeira, que “Propõe seja realizada através da Controladoria - Geral da União - CGU, auditoria na aplicação dos recursos da Merenda Escolar / FNDE, no Município de Vitorino Freire, Estado do Maranhão”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 95/2005 - do Sr. César Bandeira, que “Propõe seja realizada através da Controladoria - Geral da União - CGU, fiscalização na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no Município de Vitorino Freire, Estado do Maranhão”.

Aprovado o Relatório Prévio em 09/11/05. Aguardando Relatório Final.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 100/2005 - do Sr. Gastão Vieira, que “Solicita auditoria especial do TCU - Tribunal de Contas da União, nos convênios celebrados pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da Superintendência do Maranhão, com Organizações Não-Governamentais”.

Aguardando deliberação do Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 103/2005 - do Sr. Marcelino Fraga, que “Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle, por meio dos órgãos competentes, tais como, Secretaria de Receita Federal, através de suas delegacias, Secretarias de Fazenda de cada Estado e Banco Central do Brasil, acerca dos atos praticados pelas redes de venda de eletrodomésticos, que são acusadas de prática de juros abusivos”.

Aguardando o Relatório Prévio.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 104/2005 - do Sr. Luiz Carlos Haully, que “propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite auditoria especial à Controladoria-Geral da União - CGU e ao Tribunal de Contas da União - TCU sobre as verbas de patrocínios oficiais concedidas pela Caixa Econômica Federal - CEF e pelo Banco do Brasil S/A, no período de 2003 até a presente data.

Aguardando o Relatório Prévio.

REPRESENTAÇÕES

REPRESENTAÇÃO Nº 05/2000 – Do Sr. Sidney Munhoz E Geny Munhoz, representando “perante a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle contra a Caixa Econômica Federal, Agência 0867-Shopping Center Recife-PE, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER”.

Aprovado o parecer pelo arquivamento em 03/08/05.

REPRESENTAÇÃO Nº 14/2001 – De Cidadão, representando “contra a Prefeitura de São Gonçalo, em função de irregularidades que vêm acontecendo na área de Saúde e Educação do Município de São Gonçalo”.

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 01/2003 – Da Federação Das Associações De Engenharia, Arquitetura E Agronomia Do Estado Do Paraná, representando “à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle contra o CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e a MÚTUA de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, com relação a indícios de irregularidades em suas contas”.

Aprovado o parecer pelo acolhimento em 30/03/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÃO Nº 02/2003 – Da Deputada Maninha, representando “contra supostas irregularidades no processo de compra de equipamentos para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal pelo Governador Joaquim Roriz”.

Aprovado o parecer pelo arquivamento em 18/05/05.

REPRESENTAÇÃO Nº 03/2003 – Da Câmara Municipal De Conceição Do Lago Açu, representando “contra supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF no município de Conceição do Lago Açu – MA”.

Aprovado o parecer pelo acolhimento em 09/11/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÃO Nº 08/2004 – Do Sr. Nazareno Fonteles, contendo “denúncia formulada por membros do Ministério Público contra o Parquet do Piauí.”

Aguardando o parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 09/2004 – Da Srª Cidinha Campos, solicitando a instauração de procedimento cabível para trazer dados que justifiquem a situação de passivo a descoberto enfrentada pelo plano de benefícios nº 1 da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI”.

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 10/2004 – Do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, “representando contra a Dra. Maria Teresa Dresch da Silveira e Leandro Rocha Moreira, respectivamente Presidente e ex - Diretor -Tesorero e Conselheiro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região – CREFITO-5.”

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 11/2004 – Do Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado do Pará e outros, representando “contra o IBAMA, na forma do art. 253 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no sentido de que sejam tomadas as providências legais e cabíveis sobre o apresentado.”

Reunião de Audiência Pública realizada em 14/04/05. Aguardando Relatório Final.

REPRESENTAÇÃO Nº 12/2004 – Da Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, solicitando “a instauração de procedimento de fiscalização e controle contra o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia - Geral da União - AGU.”

Aprovado o parecer pelo arquivamento em 01/06/05.

REPRESENTAÇÃO Nº 19/2004 – Do Sr. Luiz Carlos de Oliveira Silva, apresentando “denúncia de indícios de irregularidades contra a "Secretaria Municipal de Saúde", de Cachoeiro de Itapemirim.”

Aprovado o parecer pelo acolhimento em 09/11/05. Aguardando resposta de Requerimento de Informação.

REPRESENTAÇÃO Nº 20/2004 – Do Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, MS e MT – CUT, apresentando “denúncia de irregularidades praticadas pela Holding Ferrovias S/A.”

Aprovado o parecer pelo acolhimento em 01/06/05. Aguardando resposta do Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÃO Nº 21/2004 – Do Sr. Pedro Duarte Neto, apresentando “denúncia contra o Diretor de Portos e Costas, do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.”

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 22/2004 – Do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/PR, representando “contra o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.”

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 23/2004 – Da Casaverde Horti Ltda, requerendo “providências cabíveis no sentido de apurar denúncias sobre "fraude detectada no processo de licenciamento ambiental de instalação da lavra e beneficiamento do Projeto Bauxita Paragominas, especialmente no que se refere ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD.”

Aguardando parecer.

REPRESENTAÇÃO Nº 24/2004 – Da J.F.DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, solicitando “abertura de investigação sobre possível ocorrência de crime de sonegação de tributos da União.”

Aprovado o parecer pela rejeição em 03/08/05.

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTO Nº 101/2005 – do Sr. Luiz Carlos Hauly, que requer a realização de audiência pública sobre o desmoronamento da ponte sobre a represa Capivari-Cachoeira, em Campina Grande do Sul, no estado do Paraná, na BR-116 com a participação de representantes do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Confederação Nacional dos Transportes, o Sindicato Nacional dos Caminhoneiros e o Instituto de Engenharia do Paraná”.

Aprovado em 30/03/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 102/2005 – do Sr. José Carlos Machado, que solicita seja convidado o Sr. Pedro Brito, Chefe de Gabinete do Ministro da Integração Nacional e Coordenador da Transposição do Rio São Francisco, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo, datada de 24 de fevereiro último, onde o convidado tece comentários sobre o início do processo licitatório para a Transposição do São Francisco antes da licença ambiental”.

Aprovado em 09/03/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 29/03/05.

REQUERIMENTO Nº 103/2005 – dos Srs. Alexandre Cardoso e Elaine Costa, que “solicitam sejam convidados os Senhores César Maia, Prefeito do Município do Rio de Janeiro, e Humberto Costa, Ministro de Estado da Saúde, para prestarem esclarecimentos sobre a crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro.

Aprovado em 09/03/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 16/03/05.

REQUERIMENTO Nº 105/2005 – do Sr. Luiz Carlos Hauly, que solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Sr. Carlos Lessa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre possíveis denúncias de corrupção no BNDES”.

Aprovado em 13/04/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 17/05/05.

REQUERIMENTO Nº 107/2005 – do Sr. Luiz Carlos Hauly, que “solicita sejam convidados para Reunião de Audiência Pública as Senhoras Francisca Valda da Silva, da Associação Brasileira de Enfermagem, Maria Lúcia Martins Tavares, ex-presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Maria Auxiliadora Christóforo Cordeiro e Maria Goretti David Lopes, ex-presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, do Delegado da Polícia Federal de Repressão ao Crime Fazendários no estado do Rio de Janeiro, do Delegado da Delegacia de Repressão às Ações dos Crimes Organizados – DRACO/RJ da Polícia Civil do Rio de Janeiro e do Procurador da República no Rio de Janeiro Marcelo Freire”.

Aprovado em 13/04/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 108/2005 – do Sr. Eduardo Paes, que “solicita seja convidada a Sra. Marta Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a Medida Provisória nº 237, de 2005, em especial sobre a exclusão das operações de crédito firmadas no âmbito do Reluz - Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, das vedações a que estão sujeitos os municípios que firmaram contratos de refinanciamento de dívidas com a União, ao amparo da MP 2.185, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores”.

Aprovado em 13/04/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 109/2005 – do Sr. Eduardo Paes, que “solicita que sejam convocados o Sr. Ministro da Fazenda e a Sra. Ministra de Minas e Energia para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a Medida Provisória nº 237, de 2005, em especial sobre a exclusão das operações de crédito firmadas no âmbito do Reluz - Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, das vedações a que estão sujeitos os municípios que firmaram contratos de refinanciamento de dívidas com a União, ao amparo da MP 2.185, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores”.

Aprovado em 13/04/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 111/2005 – da Sra. Elaine Costa, que “requer, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão para acompanhar o processo de Intervenção Federal nos Hospitais do Rio de Janeiro”.

Aprovado em 30/03/05. Aguardando instalação.

REQUERIMENTO Nº 112/2005 – do Sr. José Mentor e outros, solicitando ao Senhor Ministro da Fazenda que determine à Secretaria do Tesouro Federal que responda às questões formuladas no requerimento”.
Aprovado em 13/04/05.

REQUERIMENTO Nº 113/2005 – da Sra. Elaine Costa, que “requer a expedição de convite ao Senhor Presidente da Ampla, Energia e Serviços S.A., Dr. Marcelo Llêvenes, e ao Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Dr. Jerson Kelman, para que, em Audiência Pública, prestem esclarecimentos sobre abusos alegadamente cometidos contra os consumidores e sobre as medidas tomadas para garantir o cumprimento do contrato de prestação de serviços adequados à população”.

Aprovado em 18/05/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 25/08/05.

REQUERIMENTO Nº 114/2005 – da Sra. Almerinda de Carvalho, que “solicita seja convidado o Sr. Ministro da Fazenda - Antônio Palocci, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a arrecadação, repasse, destinação e a forma de aplicação da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)”.

Aprovado em 18/05/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 116/2005 – do Sr. Paulo Bauer, que solicita informações ao Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República sobre suspeita acerca de esclarecimento de ordem fiscal do Senhor Henrique de Campos Meirelles”.

Aprovado em 08/06/05.

REQUERIMENTO Nº 119/2005 – do Sr. Aníbal Gomes, que solicita informações ao Senhor Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária”.

Aprovado em 01/06/05.

REQUERIMENTO Nº 120/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, que solicita à Comissão que convide o Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social para prestar esclarecimentos sobre informações de atendimento deficiente aos segurados do INSS, o que tem ocasionado demoras e atrasos na tramitação de requerimentos de aposentadorias e benefícios”.

Aprovado em 18/05/05. Atendida a solicitação do autor.

REQUERIMENTO Nº 123/2005 – do Sr João Magalhães, que “solicita informações à Ministra de Estado das Minas e Energia, Senhora Dilma Rousseff, referentes aos convênios celebrados entre a subsidiária FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A e Prefeituras e/ou entidades nos últimos 5 (cinco) anos”.

Aprovado em 18/05/05. Aguardando resposta do Requerimento de Informação.

REQUERIMENTO Nº 124/2005 – do Sr. Alexandre Cardoso, que “requerem a realização de Reunião de AUDIÊNCIA PÚBLICA para análise das taxas de juros praticadas no Brasil, propor medidas para a redução dos atuais percentuais e sobre o aumento da competitividade entre os bancos”.

Aprovado em 18/05/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 125/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, que “solicita seja convidado o Governador do Estado de Rondônia, Sr. Ivo Cassol, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção no Estado de Rondônia, veiculadas por ele em programa televisivo de alcance nacional”.

Aprovado em 01/06/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 126/2005 – do Sr. Eduardo Paes, que “requer a realização de Audiência Pública para convidar o Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, para prestar esclarecimentos a respeito do contrato firmado entre a PREVI e o Banco do Brasil, datado de 24 de dezembro de 1997”.

Aprovado em 01/06/05. Atendida a solicitação do autor.

REQUERIMENTO Nº 127/2005 – do Sr. João Magalhães, que “requer sejam convidados o Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid, o ex-secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel, o representante legal da FIAT S/A do Brasil, Sr. Giovanni Razzelli, o ex-secretário-adjunto da Receita Federal, Sr. Paulo Baltazar Carneiro, o ex-coordenador de tributação, Sr. Sandro Martins Lima, e o Sr. Jorge Vitor Rodrigues, consultor e sócio da empresa de consultoria SBS, a comparecer a esta comissão

para prestarem esclarecimentos sobre o envolvimento de funcionários da Receita Federal, que beneficiaram a montadora de automóveis FIAT, com redução de dívida junto à Receita”.

Aprovado em 03/08/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 128/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, que “solicita que esta Comissão convide os Ministros integrantes da Junta Orçamentária Federal para prestar esclarecimentos sobre as ações orçamentárias previstas para 2005, destinadas a atender às necessidades administrativas de pessoal da União”.

Aprovado em 01/06/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 129/2005 – do Sr. Olavo Calheiros, que solicita informações ao Excelentíssimo senhor Ministro de Estado das Comunicações”.

Aprovado em 08/06/05.

REQUERIMENTO Nº 130/2005 – do Sr. Alexandre Cardoso, que solicita que seja convidado o Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a fim de tratar da implementação de licitação tipo pregão eletrônico”.

Aprovado em 01/06/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 14/09/05.

REQUERIMENTO Nº 131/2005 – do Sr. Eduardo Paes, que “solicita sejam convidadas as pessoas listadas sobre graves denúncias de supostas irregularidades e indícios de corrupção em Empresas Estatais e outros órgãos públicos”.

Aprovado em 08/06/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 133/2005 – do Sr. Paulo Baltazar, que “solicita a realização de Reunião de AUDIÊNCIA PÚBLICA para o exame do monopólio de logística e de produção dos 3 principais tipos de minérios de ferro”.

Aprovado em 03/08/05. Aguardando agendamento

REQUERIMENTO Nº 138/2005 – do Sr. José Carlos Machado, que “solicita seja convidado o Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Sr. Luiz Carlos Everton de Farias, para comparecer à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com o fim de pronunciar-se sobre patrocínio feito por esta Companhia à Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, do Rio de Janeiro”.

Aprovado em 03/08/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 18/10/05.

REQUERIMENTO Nº 144/2005 – do Sr. João Magalhães, que “solicita informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia, referentes aos contratos de seguros feitos para a subsidiária FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A nos últimos 5 (cinco) anos”.

Aprovado em 03/08/05. Aguardando resposta do Requerimento de Informação.

REQUERIMENTO Nº 145/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, requerendo “que esta Comissão convide o Ministro de Desenvolvimento Agrário, o Presidente do INCRA, a Ministra do Meio Ambiente, o Presidente do IBAMA, o Ministro da Defesa, o Ministro da Justiça e o Diretor da Polícia Federal para Audiência Pública conjunta, nesta Comissão, sobre o problema da ocupação de terras públicas e áreas de preservação no Estado de Rondônia”.

Aprovado em 24/08/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 146/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, “que requer que esta Comissão convide a Diretoria da empresa VARIG e representantes do Departamento de Aviação Civil - DAC, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no funcionamento da mencionada empresa”.

Aprovado em 05/10/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 06/12/05.

REQUERIMENTO Nº 147/2005 – do Sr. Eduardo Valverde, “requerendo que esta Comissão convide os integrantes do Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e propor soluções para eventuais pendências funcionais relacionadas aos servidores civis e militares dos ex-Territórios Federais”.

Aprovado na forma de Requerimento de Informação em 24/08/05.

REQUERIMENTO Nº 148/2005 – do Sr. Colombo, que “requer a realização de Audiência Pública, com as presenças do Sr. Ailton Brasiliense Pires, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito -DENATRAN, e do Sr. João Alziro Herz da Jornada, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, destinada a discutir a regulamentação dos arts. 98 e 106 do Código de Trânsito Brasileiro”.

Aprovado em 05/10/05. Aguardando agendamento.

REQUERIMENTO Nº 149/2005 – do Sr. Luiz Carlos Hauly, que “solicita sejam convidados para Reunião de Audiência Pública do Diretor-presidente Dirceu Raposo e do Diretor Victor Hugo Costa Travassos da Rosa, ambos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para prestarem esclarecimentos sobre a tramitação de processos no âmbito daquele órgão”.

Aprovado na forma de Requerimento de Informação em 24/08/05. Aguardando resposta.

REQUERIMENTO Nº 159/05 - dos Srs. Dr. Ribamar Alves e Pastor Francisco Olímpio, que "requerem seja convidado o Sr. Paulo Sérgio Cavalheiro, Diretor de Fiscalização do Banco Central, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca da intervenção do Banco Santos".

Aprovado em 19/10/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 29/11/05.

REQUERIMENTO Nº 160/2005 – do Sr. Eduardo Paes, que “requer a retirada do Requerimento n.º 152/2005”.

Aprovado em 19/10/05. Arquivado.

REQUERIMENTO Nº 161/05 - do Sr. Eduardo Paes, que "solicita sejam convocados os Senhores Ministros de Estado da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o surgimento em 2005, de focos da febre aftosa no Brasil, em especial no Estado de Mato Grosso do Sul, que vem atingindo o rebanho bovino em diversos municípios".

Aprovado em 26/10/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 27/10/05.

REQUERIMENTO Nº 162/05 - do Sr. Simão Sessim, que "solicita seja formulado convite ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, para prestar esclarecimento sobre a reestruturação regimental do Instituto Nacional do Seguro Social".

Aprovado em 19/11/05. Reunião de Audiência Pública realizada em 07/12/05.

EMENDAS AO ORÇAMENTO

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLN Nº 40/2005.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 1/05 - do Sr. Simão Sessim - que "propõe Emenda de Comissão com o objetivo de dotar o Ministério Público de mais recursos para fiscalizar a aplicação da Lei".

Aprovada, unanimemente, a Sugestão . O Deputado Eduardo Valverde subscreveu a Sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 2/05 - do Sr. Eduardo Valverde - que "propõe Emenda com objetivo de dotar o Ministério Público do Trabalho de mais recursos a fim de promover Ações Judiciais de Erradicação do Trabalho Escravo – Nacional".

Prejudicada a Sugestão em virtude da aprovação da SOA N.º 1.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 3/05 - do Sr. Eduardo Valverde - que "propõe Emenda de Comissão com o objetivo de dotar o Ministério Público da União de mais recursos para a Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – Nacional".

Rejeitada a Sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 4/05 - do Sr. Aníbal Gomes - que "propõe Emenda de Comissão com objetivo de adequar o Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, às várias reformas no DPF".

Aprovada, unanimemente, a Sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 5/05 - do Sr. Francisco Garcia - que propõe Emenda de Comissão objetivando a "modernização Operacional das Organizações Militares do Exército, no valor de 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)".

Aprovada, unanimemente, a Sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 6/05 - do Sr. Alexandre Cardoso - que propõe Emenda de Comissão para "incrementar recursos ao Tribunal de Contas da União visando a modernização do parque tecnológico".

Aprovada, unanimemente, a Sugestão.

SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 7/05 - do Sr. Mauro Benevides - objetivando o "fomento aos programas de inclusão digital para instituições que visam a implementar ações de controle dos gastos públicos".

Aprovada, unanimemente, a Sugestão.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Esclarecimentos sobre a crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro.

16.03.2005

Participante: Humberto Costa, Ministro de Estado da Saúde

Foto: Diógenis Santos



Ministro Humberto Costa e Deputado Alexandre Cardoso

A requerimento dos Deputados Alexandre Cardoso e Elaine Costa, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, em 16 de março, sua primeira audiência pública do ano de 2005, destinada a tratar da crise na saúde pública da cidade do Rio de Janeiro.

Perante o plenário, o Ministro Humberto Costa expôs os fatos que culminaram na decretação do estado de calamidade pública do Sistema Único de Saúde do Município e apresentou as principais medidas tomadas após a intervenção. Na sua fala, sugeriu ao Congresso Nacional a criação da Lei de Responsabilidade Sanitária que, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal, imporia sanções aos Agentes Públicos que negligenciassem a Saúde no País.

Os Deputados Simão Sessim e Elaine Costa chamaram a atenção para situação assemelhada em que se encontra toda região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Deputado Rodrigo Maia apontou as dificuldades da Prefeitura do Rio de Janeiro para o recebimento de recursos do Ministério da Saúde como principal motivo da crise.

Esclarecimentos sobre matéria veiculada no Jornal “Folha de S. Paulo”, acerca de processo licitatório para Transposição do Rio São Francisco.

29.03.2005

***Participante:** Pedro Brito, Chefe de Gabinete do Ministro da Integração Nacional e Coordenador da Transposição do Rio São Francisco.*

Foto: Gilberto Nascimento



Pedro Brito e Deputado Alexandre Cardoso

Matéria veiculada no jornal “Folha de S. Paulo”, em fevereiro de 2005, revelou que os processos de licitação referentes à Transposição das águas do Rio São Francisco estavam em andamento antes da concessão do licenciamento prévio do IBAMA.

A fim de dirimir questionamentos suscitados após a reportagem, o Deputado José Carlos Machado apresentou requerimento, convidando o Sr. Pedro Brito para audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Brito fez uma apresentação do projeto, ressaltando sua importância no desenvolvimento das áreas carentes do semi-árido nordestino. Analisou também duas licitações citadas no artigo.

A primeira trata do lote de gerenciamento. Segundo o expositor, toda a documentação, inclusive o edital de licitação, foi levada previamente ao conhecimento do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. O TCU manifestou-se formalmente pela regularidade do processo, declarando o Ministério da Integração Nacional apto a assinar o contrato.

Sobre a segunda licitação, ainda em andamento, esclareceu que se destina à compra de dezoito sistemas completos de bombas. Acrescentou que o equipamento leva cerca de um ano e meio para ser montado e que a espera da concessão da licença poderia comprometer a execução do projeto, adiantando que o TCU tem ciência do processo e que o edital de licitação condiciona a assinatura do contrato ao licenciamento ambiental.

O Deputado José Carlos Machado questionou a capacidade de bombeamento, que seria superior à necessária para atender aos objetivos do projeto. Sustentou que a água excedente teria grande serventia para os latifundiários da região. O expositor disse que, devido às perdas, é necessário que haja um excedente para segurança hídrica: são necessários 4m³ de água armazenada para que seja garantido o uso de 1m³. Contudo, não descartou a possibilidade do uso econômico quando houver excedente na Barragem de Sobradinho, por exemplo, na carcinicultura, na irrigação e na indústria.

O autor do requerimento concluiu, elogiando o preparo do convidado ao defender o projeto. Apontou algumas divergências que se acentuaram após a audiência: A primeira, o fato de o Governo insistir na execução de uma obra cuja capacidade total ficará ociosa na maior parte do tempo. A segunda, a destinação de recursos do Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Solicitou a lista dos municípios beneficiados com esses recursos ao Sr. Pedro Brito, que se comprometeu em enviá-la o mais breve possível.

Representação N.º 11/2004, contra o IBAMA, de autoria do Sindicato das Indústrias de Pesca do Pará e Amapá, Federação dos Pescadores do Pará e Cooperativa de Pesca de Bragança.

14.04.2005

***Participantes:** Francisco Machado, Diretor de Ordenamento, Controle e Estatística da Secretaria da Aquicultura e Pesca –SEAP; José Dias Neto, Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros do IBAMA; Francisco de Paula Baptista Neto, representante do Sindicato das Indústrias de Pesca do Pará e Amapá - SINPESCA; Orlando Palheta Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará; e Cláudio Botelho Cavalcante, representante da Cooperativa de Pesca de Bragança - COOPERBRAN do Brasil.*



Francisco Baptista Neto, Dep. Francisco Olímpio, Francisco Machado e José Dias Neto

Representando o IBAMA, o Sr. José Dias Neto fez explanação sobre a pesca do pargo, uma das quatro mais importantes da costa norte-nordeste brasileira, afirmando que, no princípio, o maior interesse comercial era o peixe de maior peso. Acrescentou que, no entanto, cresceu a procura por peixes menores, incluindo os que não tinham atingido ainda sua capacidade reprodutiva. Em consequência, a situação se tornou crítica no final da década de 80, com a ameaça de extinção da espécie.

Diante da situação, o IBAMA ouviu sugestões da comunidade científica e dos profissionais da pesca para definir medidas visando a garantir a sustentabilidade desta atividade econômica. Mesmo assim, o IBAMA ainda vem sendo acusado pelo setor pesqueiro de estar impossibilitando a pesca do pargo. Dias Neto comentou algumas críticas ao IBAMA veiculadas e que, a seu ver, não correspondem à “verdade dos fatos”:

O tamanho mínimo para captura do pargo aumentou de 40 para 41cm em 2002. Entretanto, neste ano, com a Instrução Normativa do IBAMA, foi autorizado o mínimo de 33cm. Em 2006, 37cm para, só em 2007, se chegar aos 41cm.

A tolerância de ultrapassagem do limite passou de 15% no peso ou 20% em número de indivíduos para 20% em peso, o que biologicamente é um limite alto.

Quanto à acusação de que o IBAMA define parâmetros cada vez mais difíceis, ele tem a dizer que tudo foi discutido previamente.

Quanto à moratória, o IBAMA apenas recebeu esta recomendação da comunidade científica, sem que a adotasse.

Quanto à proibição da pesca da lagosta com a rede caçoeira, lembrou que a decisão decorreu de uma solicitação do próprio setor pargueiro, pois ela também captura o pargo pequeno.

Dadas as divergências, como explicou, o IBAMA concluiu pela necessidade de o Ministério Público intermediar as negociações entre o Poder Executivo e o setor da pesca, a fim de recuperar a credibilidade entre as partes. “Queremos compartilhar poder com responsabilidade” disse.

Ao final, sugeriu à Comissão que designasse representantes para o trabalho de fiscalização e acompanhamento. Também pediu a ajuda de outros órgãos na pesquisa de novas alternativas.

Em seguida, usou da palavra o representante do SINPESCA, Sr. Francisco de Paula Baptista Neto informando que a Portaria nº 28/81, que permite a captura do pargo somente por embarcações existentes no Registro Geral de Pesca. Disse que, na prática, a norma é impeditiva, pois não é mais possível registrar novas embarcações. Em seguida, lamentou que o SINPESCA do Pará não tenha participado da decisão final que, em 2002, limitou o tamanho mínimo para captura em 41cm.

Sobre a fiscalização da pesca do Pargo, disse que houve negligência do Estado no cumprimento de seu papel no período de 1984 a 2002. Agindo assim, deixou que se formasse um cinturão para exploração econômica da espécie. Exemplificou a cidade de Augusto Correia onde 80% da atividade econômica gira em torno do pargo.

Dias falou também sobre novo estudo biogenético em desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará em convênio com entidade alemã. A pesquisa poderá definir se o pargo é uma espécie migratória ou sedentária, esclarecendo-se, assim, uma antiga divergência entre os cientistas, onde se discute se o peixe encontrado na costa do Ceará é o mesmo que migra para a costa do Pará.

O Sr. Cláudio Botelho, representando a COOPERBRAN, foi o expositor seguinte. Sugeriu que o IBAMA dedique mais importância à alternativa de trabalho para os profissionais do setor antes de normatizar uma nova proibição.

Falou também sobre as dificuldades de licenciamento das embarcações, observando que a situação não possibilita a permissão para pesca da lagosta, tampouco admite que essas embarcações sejam beneficiadas com a instrução normativa de 2005 que permite a captura de peixes com 33 cm.

Para finalizar, reclamou da atuação dos fiscais do IBAMA, que não aceitam o protocolo de recebimento da documentação pela SEAP- Secretaria da Aquicultura e Pesca- como comprovante de licenciamento. O representante da SEAP concordou em conversar com o IBAMA, para que o protocolo seja considerado como uma licença prévia de 30 dias. Entretanto, o Sr. Dias Neto, do IBAMA, não aceitou essa sugestão, alegando a exigência de apresentação da licença, prevista em lei e que não pode ser ignorada.

Falou depois, o Sr. Francisco Machado, representando a Secretaria da Aquicultura e Pesca. A Secretaria foi criada em 2003, atendendo à sugestão do setor pesqueiro. Ela objetiva a gestão compartilhada dos recursos com o setor pesqueiro e Ministério do Meio Ambiente (IBAMA). Machado define gestão compartilhada com sendo uma combinação de aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo o último determinante.

A seu ver, um dos maiores problemas atuais é a sobrexploração dos recursos próximos à costa. A solução seria o incentivo à pesca oceânica na Zona de Exploração Econômica. Sendo assim, foi criado o PROFROTA, programa de incentivo à pesca e que, por conseguinte, garante espaço de trabalho para o pescador artesanal próximo à costa.

Pede, no final, pede o reconhecimento dos esforços da secretaria em fomentar a atividade pesqueira, apesar de seus limites.

O Deputado João Correia participou do debate, sugerindo que o Sindicato e a Cooperativa ajudassem no financiamento das pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Pará. Segundo o parlamentar, poderiam ser desenvolvidas técnicas de criação em cativeiro para abastecer o mercado. Batista Neto compactua com essa opinião. Acrescentou que o cultivo é que deve ser o fornecedor do mercado e não o repovoamento.

Esclarecimentos sobre possíveis denúncias de corrupção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

17.05.2005

Participante: Prof. Carlos Francisco Theodoro Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Foto: Diógenis Santos



Professor Carlos Lessa

Em virtude de discurso do Presidente Lula, em fevereiro deste ano, o Deputado Luiz Carlos Hauly solicitou a realização desta audiência. O Presidente afirmou que um “alto companheiro” lhe informara da existência de sinais de corrupção nos processos de privatização. Assim, para prestar esclarecimentos, compareceu à reunião o Prof. Carlos Lessa, que presidiu o BNDES no início deste governo.

Lessa negou ter denunciado corrupção. Disse que “havia encontrado um órgão financeiro desviado de suas funções de banco de desenvolvimento, convertido em banco de investimento e detentor de uma carteira repleta de operações tecnicamente malfeitas. Como exemplo, citou o empréstimo contraído pela empresa americana AES para aquisição da ELETROPAULO. Segundo esclareceu, o empréstimo de mais de 2 bilhões de dólares foi concedido pela administração anterior, sem que houvesse garantias da matriz, o que acabou gerando prejuízo ao banco.

O Deputado Asdrubal Bentes chamou a atenção para a necessidade de se repensar o cunho social do banco, visando a beneficiar os pequenos e médios empresários. Lessa argumentou em contrário, lembrando que a estrutura do BNDES não comporta o volume dessas operações que chegam a mais de 110 mil por ano. Atualmente, elas são feitas por outros agentes financeiros, principalmente o Banco do Brasil e o BRADESCO. Ressaltou ainda a importância de uma revisão do padrão de organização bancária do país pela regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional. A seu ver, deveriam ser desenvolvidas outras formas de crédito no Sistema Bancário Nacional, de modo a fomentar a economia nacional.

Esclarecimentos de abusos alegadamente cometidos contra os consumidores e sobre as medidas tomadas para garantir o cumprimento do contrato de prestação de serviços adequados à população.

25.08.2005

***Participantes:** Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Marcelo Llêvenes, Presidente da Ampla, Energia e Serviços S/A; Jean Pierre Bel, Presidente da Light Serviços de Eletricidade S/A; e Paulo Roberto Ribeiro Pinto, Diretor de Relações Institucionais da Light Serviços de Eletricidade S/A.*



Foto: Otávio Praxedes

Marcelo Llêvenes, Dep. Alexandre Cardoso, Jean Pierre Bel, Jerson Kelman e Paulo Roberto Pinto

Após a audiência pública que discutiu o fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro, o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Alexandre Cardoso, disse que é preciso verificar se o atendimento ao consumidor está realmente melhorando, como informaram os representantes do setor.

Durante a audiência, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, Jerson Kelman, admitiu que o órgão não exerce as fiscalizações programadas nas empresas do Rio de Janeiro, atribuindo o fato ao bloqueio de recursos orçamentários destinados à agência. Segundo acrescentou, o bloqueio deste ano para a área de fiscalização é de quase 43%, e já há informações de que a situação se repetirá em 2006. "O máximo que podemos assegurar, caso o Congresso mantenha a proposta orçamentária do Executivo, é uma fiscalização no mesmo nível da de 2005", alertou.

Kelman também reconheceu que vários serviços públicos, incluindo a energia elétrica, tiveram reajustes superiores ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 2004 e 2005. O Deputado Alexandre Cardoso lembrou que o reajuste dos salários no mesmo período foi inferior aos índices de inflação.

Segundo o diretor da ANEEL, os principais problemas do setor no Rio de Janeiro são o descumprimento de indicadores de qualidade por parte das concessionárias Ampla e Light; o fechamento de postos de atendimento; e os casos de furto de energia por parte da população, cuja eliminação poderia reduzir o preço das contas de luz em 20%.

O Presidente da concessionária Ampla, Marcelo Llêvenes, concordou que os furtos (ou "gatos") são responsáveis pela cobrança de tarifas mais elevadas. Segundo ele, haveria uma cultura no Rio de Janeiro de que não se deve pagar pela energia elétrica.

Llévenes disse ainda que a empresa está ampliando sua rede de atendimento por meio de convênios com estabelecimentos comerciais (como farmácias e padarias) e com associações de moradores. Com isso, teria havido redução de 35% no número de reclamações de consumidores por corte indevido de energia. Ele informou ainda que a Ampla responde a oito ações civis na Justiça, em um universo de 2,1 milhões de clientes.

Já o Diretor de Relações Institucionais da Light, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, informou que as reclamações contra a concessionária junto à ANEEL superavam 16 mil em 2002. Neste ano, são esperadas cerca de 3,6 mil. Ele afirmou também que 80% das pessoas que ligam para o “call center” da concessionária são atendidas em até 30 segundos de espera, tempo considerado adequado.

Ribeiro Pinto informou que o índice de duração média das interrupções de energia por cliente era de 24 horas em 1996 e, atualmente, está em 8h30 - a terceira melhor marca no Brasil.

Ainda segundo o diretor, a Light investiu R\$ 2 bilhões entre 1996 e 2004. Parte desse investimento teria sido utilizada para refazer o sistema de energia, danificado por enchentes no Rio de Janeiro.

Os Deputados Alexandre Cardoso, Simão Sessim e Elaine Costa reclamaram da apresentação feita pelas concessionárias de energia elétrica do Rio de Janeiro durante a audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Na avaliação deles, os relatos deram a impressão de que não existem problemas no setor de energia do estado.

Simão Sessim pediu que a Agência Nacional de Energia Elétrica e as concessionárias do Rio enviem por escrito informações sobre a atual situação do setor, em comparação com o período anterior às privatizações. “Com a oscilação da situação da Light após a privatização, podemos dizer que talvez a Eletrobrás pudesse ter oferecido um serviço melhor se o governo tivesse investido na empresa”, afirmou.

(Fonte: Agência Câmara, 25/08/2005.)

Utilização do pregão eletrônico em todas as compras governamentais da União, Estados e Municípios.

14.09.2005

Participante: Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Foto: Salu Parente



Paulo Bernardo - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação do tipo menor preço, em que a disputa se dá via Internet, por meio de propostas e lances. Desde julho, o Governo Federal está obrigado a realizar pregões eletrônicos para todas as compras de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital.

Em agosto, o decreto 5.504/05, estendeu a obrigação a todas as compras que envolvam repasse de verbas pela União. Segundo Paulo Bernardo, a medida começará a funcionar pelas Capitais, em outubro. Já a utilização do pregão eletrônico, para todas as compras pelos Estados e Municípios, ainda está sendo estudada pela Casa Civil.

Paulo Bernardo aponta resultados positivos: “Em janeiro deste ano, tínhamos feito 80 pregões eletrônicos; em agosto, 1.392. Estamos economizando no preço e no procedimento porque é muito mais rápido. Em média, demoramos 17 dias para fazer uma compra que por outras modalidades levaria 60 dias, às vezes até mais”.

O Ministro informou ainda que, em janeiro deste ano, foram adquiridos R\$ 3,7 milhões em bens e serviços utilizando o pregão eletrônico. Em junho, esse valor foi de R\$ 42,1 milhões e em agosto, após a mudança, foi de R\$ 61 milhões.

Na opinião do Deputado Alexandre Cardoso, o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria utilizar o pregão eletrônico, mesmo sem uma legislação específica. A medida, disse, ajudaria a economizar R\$ 2 bilhões por ano. “Nós estamos dizendo que a verba de Saúde pode aumentar de 8% a 10%”, calculou.

O Deputado Eduardo Valverde apresentou, em junho deste ano, Projeto de Lei nº 5.421/05, determinando que todas as licitações da administração pública federal sejam feitas por meio de pregão eletrônico.

(Fonte: Jornal da Câmara, 16/09/05, Ano 7, n. 1514)

Avaliação dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

06.10.2005

Reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Participante: Henrique Meireles, Presidente do Banco Central do Brasil



Afonso Bevilaqua, Henrique Meireles, Dep. Eduardo Cunha e Dep. Ildeu Araújo

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, compareceu à audiência pública promovida por seis comissões da Câmara e do Senado para prestar esclarecimentos.

Indagado pelo Deputado Eduardo Cunha acerca do limite de acumulação de reservas internacionais, Meirelles disse que esse dado só é divulgado posteriormente e confirmou que o Brasil ainda não o atingiu. Disse também que as reservas do Brasil estão em torno de US\$ 60 bilhões (R\$ 138 bilhões), mas decidiu fixá-la no patamar de US\$ 50 bilhões.

Cunha também questionou se o motivo da desvalorização do dólar teria sido a alta da taxa de juros. Meirelles negou, justificando que essa é matéria relacionada às exportações. Portanto, mais comercial que financeira.

Em resposta ao Deputado Eduardo Valverde sobre a flexibilização da política de juros, o Ministro respondeu que não é prudente fixar prazo superior a um ano para seu cumprimento. Ressaltou que a vantagem desse prazo é poder coordenar as expectativas do mercado. Do contrário, tanto o mercado quanto o Governo ficariam sem uma referência estável e mais sujeitos a variações econômicas.

O Deputado Sérgio Miranda quis saber de Meirelles por que o Banco Central não dificulta remessas de dinheiro ao exterior. Ele respondeu que, na verdade, o problema é inverso: o real está valorizado logo, a preocupação é com a entrada de dólares.

Miranda também questionou o fato de Meirelles ressaltar apenas aspectos positivos nas atividades do Banco e de não citar o pagamento de juros. Em referência à declaração de Meirelles de que “governar é fazer opções”, Miranda disse que o Governo ficará conhecido pela imagem de que “governar é pagar juros”. O parlamentar lembrou que o Orçamento de 2006 prevê o pagamento de R\$ 179 bilhões de juros, contra R\$ 65,3 bilhões no primeiro ano do Governo Lula, em 2003. Meirelles disse que importante é a trajetória de queda dos juros.

Perguntou ainda sobre a origem do dinheiro do chamado “valerioduto”. Para ele, o Banco Central deveria saber, pois existem suspeitas de que esse dinheiro teria vindo de empréstimos bancários ou de um caixa 2 em contas fora do País. Meirelles disse que o BC não fiscaliza contas no exterior e que, como todos, aguardava os esclarecimentos das CPIs.

Meirelles destacou que a dívida externa brasileira caiu de 190 bilhões de dólares (cerca de R\$ 433 bilhões) em 1999 para 120 bilhões de dólares (R\$ 273,6 bilhões) no segundo trimestre deste ano. Afirmou que esses números revelam um ciclo virtuoso da economia brasileira. Lembrou, ademais, que as exportações continuam crescendo, mesmo com a valorização do real.

O Ministro afirmou que o Tesouro Nacional cobrirá o resultado negativo de R\$ 11,6 bilhões nas contas do BC no primeiro semestre deste ano. Disse que, apesar de o BC ter resultado negativo, o Tesouro Nacional obteve ganhos decorrentes da valorização do real, pois a dívida externa está contabilizada no Tesouro.

Ao falar sobre os objetivos do Banco na política monetária, Meirelles informou que a meta de inflação é de 5,1% para 2005 no IPCA e 4,5% em 2006, com intervalo de tolerância de 2% para cima ou para baixo. Meirelles destacou que a inflação média mensal medida pelo IPCA em 2003 foi de 0,75% e, até junho deste ano, está em 0,52%.

Meirelles afirmou que o superávit primário é o caminho escolhido para a redução das dívidas. Em resposta ao Senador Leomar Quintanilha, quanto à meta atual de superávit primário, disse que ela é definida pelo Legislativo em conjunto com o Poder Executivo. A proposta de Lei Orçamentária para 2006 mantém o superávit primário em 4,25% do PIB.

Sobre a evolução da taxa de juros real, Meirelles lembrou que, nos primeiros quatro anos do Plano Real, essa taxa era superior a 20% ao ano. Nos quatro anos seguintes, caiu pela metade e, nos três anos posteriores, chegou a dois terços do período anterior.

Em relação ao crédito concedido por meio de desconto em folha aos aposentados, questão levantada pelo Deputado Pauderney Avelino, avaliou que o aumento dessas operações em geral é positivo, pelo seu papel social.

O Ministro ressaltou que, por conta da atual política econômica, a dívida líquida do setor público caiu de 61,6% do PIB em setembro de 2002 para 51,1% em junho de 2005. A expectativa do mercado, segundo afirmou, é que essa dívida chegue a menos de 46% do PIB em 2009. Meirelles afirmou que o impacto da taxa de juros nas contas públicas é apenas uma parte do efeito da política monetária, já que existem impactos indiretos sobre as expectativas em relação à inflação e ao crescimento econômico.

(Fonte: Jornal da Câmara, 07/10/2005, Ano7, nº 1529.)

Esclarecimentos sobre suposto patrocínio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF à Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.

18.10.2005

Participantes: Luiz Carlos Everton de Farias, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

Foto: Gilberto Nascimento



Dep. Alexandre Cardoso e Luiz Carlos Everton de Farias

Após os esclarecimentos prestados pelo Senhor Luiz Carlos Everton de Farias, o Deputado José Carlos Machado, autor do requerimento para realizar essa audiência pública, lembrou que a imprensa veiculou, entre maio e junho de 2005, a informação de que a CODEVASF tinha a intenção de patrocinar a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. De acordo com a matéria, o tema seria “A Transposição das águas do São Francisco”. Entendeu-se que, com o patrocínio, o Governo não pretendia falar sobre a importância da transposição do Rio, mas sim fazer promoção de suas ações.

Luiz Carlos Farias afirmou que realmente a Escola de Samba pleiteou o patrocínio junto à CODEVASF. O pedido foi encaminhado ao Ministério da Integração Nacional, ao qual a CODEVASF é vinculada. A equipe técnica concluiu pela viabilidade técnica e legal do patrocínio. Concluiu também que, por ter caráter único e singular de uma atividade cultural e também por não ser um tema de interesse de outras escolas de samba, o patrocínio não estaria sujeito a licitação. Informou que a Diretoria da CODEVASF aprovou o encaminhamento da proposta à SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência, uma vez que ela própria não possui competência para aprovação desse tipo de matéria.

Como havia pressa na viabilização dos recursos, pois os preparativos para o desfile ainda seriam providenciados, e também como não houve interesse em dar prosseguimento ao processo por parte do Ministério da Integração e da CODEVASF, a Escola desistiu do pleito e buscou outras empresas patrocinadoras.

O Deputado José Carlos Machado considerou oportuna a decisão da Escola, pois, ao desistir do pedido de patrocínio, acabou evitando complicações para o Governo.

O parlamentar também lamentou a ausência de diálogo com o Governo desde o início das obras de transposição, o que resultou na divergência de opiniões entre os Estados da região Nordeste sobre o assunto. Sergipe, Estado que, ele representa, por exemplo, discorda da forma como o governo pretende fazer a transposição. Segundo o governo sergipano, deve-se priorizar a revitalização e o aumento da vazão do rio para, só então, se pensar em transposição. Este posicionamento justifica-se, como notou, pela imprescindibilidade da abundância de água na região doadora, o que de fato não acontece.

Após, o Deputado José Carlos Machado indagou se o Presidente da CODEVASF teria conhecimento do novo tema escolhido pela Mangueira e em que órgãos a escola de samba conseguiu patrocínio para o carnaval de 2006. Farias disse não conhecer tais informações. O Deputado, então, solicitou ao Presidente da Comissão cópias de todas manifestações escritas encaminhadas pelo Presidente da Mangueira à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O Deputado Machado estranhou também o montante pleiteado pela Mangueira, R\$ 4 milhões, já que ele tinha conhecimento das limitações financeiras da CODEVASF e que ela depende do repasse de recursos da União. Farias respondeu que há previsão legal e que o tema é de grande relevância, já que volta a atenção do mundo para o assunto e que o objetivo do patrocínio era justamente esse. O Deputado Alexandre Cardoso exemplificou a afirmação de Farias, citando o enredo que fez uma abordagem sobre a Amazônia. Segundo ele, constatou-se um aumento de 10% no turismo da região após aquele Carnaval.

O Deputado Machado disse esperar que, em seu desfile, a Mangueira mostre também a pobreza, a degradação e o descaso que assolam a região do Vale do São Francisco de modo a sensibilizar a opinião pública e a transformar o discurso em realidade.

O Presidente Alexandre Cardoso, a seguir, exaltou a força internacional do carnaval do Rio de Janeiro, lembrando que, grandes temas têm sido levados para a Marquês de Sapucaí. Também em consequência desse interesse internacional, o evento é rentável. Disse que, de acordo com empresas de publicidade, haveria um retorno financeiro de R\$ 22,00 para cada Real investido.

O Deputado chamou a atenção para a responsabilidade social da Mangueira. Disse que, entre outras atividades, a Escola de Samba desenvolve excelente trabalho desportivo, envolvendo inclusive a preparação de atletas para o Campeonato Pan-Americano. Acrescentou existir até disputa entre as empresas para este patrocínio.

O Deputado Fernando Lopes abriu seu discurso declarando-se mangueirense. Lamentou a CODEVASF não ter concedido o patrocínio, pois este acabaria fortalecendo os projetos sociais da Escola. “É mais difícil politizar o carnaval do que carnavalizar a política”, disse rebatendo as críticas de que havia interesses políticos por trás do patrocínio.

O Deputado Simão Sessim, também conselheiro da Escola de Samba Beija-flor de Nilópolis, lamentou a contestação dos Deputados José Carlos Machado e José Carlos Aleluia. Disse que o valor do patrocínio não tem comparação com os montantes gastos em publicidade em outras áreas e com o tamanho da repercussão dada ao tema. Quanto aos argumentos de que a empresa doadora estaria sacrificando outros projetos sociais, ele diz que é exatamente o contrário. Frisou que as Escolas de Samba não produzem só carnaval. Em especial a sua, Beija-Flor, mantém creches, escolas, cursos profissionalizantes etc, com recursos próprios advindos de ensaios e outros eventos promovidos pela escola. Finalizou resumindo a história da Mangueira: “é a trajetória de um grupo que resolveu mudar socialmente um bairro e acabou mudando um estado!”

Concluindo os trabalhos, o Presidente Alexandre Cardoso disse duvidar que houvesse interesses políticos envolvidos nessa questão, e que vai lutar para que o Rio São Francisco vá para a Avenida, recebendo o merecido destaque internacional. Finalizou a reunião, reiterando convite do Presidente da Escola para que os membros da Comissão conhecessem pessoalmente o trabalho social da Mangueira e a alegria dos ensaios em sua quadra.

Esclarecimentos sobre surto de febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul (discussão das causas, conseqüências, responsabilidades e os prejuízos, e para apresentar as medidas preventivas que estão sendo estudadas).

08.11.2005

Reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Participante: Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Foto: Gilberto Nascimento



Roberto Rodrigues - Ministro da Agricultura

O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou que o Governo vai liberar R\$ 33 milhões para suplementar o projeto de erradicação da febre aftosa. Segundo afirmou, a decisão atende a uma reivindicação do Ministério da Agricultura. O anúncio foi feito durante a audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

O Ministro explicou aos parlamentares que, desse total, R\$ 6 milhões serão enviados para os pequenos produtores, R\$ 20 milhões servirão para indenizar os proprietários dos animais sacrificados, R\$ 6 milhões serão usados na fiscalização das áreas de fronteira e R\$ 1 milhão para despesas adicionais.

O Ministro admitiu que o orçamento para defesa sanitária no País é insuficiente. Disse que, apesar de o quadro ser mais favorável em 2005, com previsão de R\$ 169 milhões, dos quais R\$ 30 milhões foram originários de emendas da Comissão de Agricultura da Câmara, houve contingenciamento da verba.

Como 50% dos recursos do Ministério são destinados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e não podem sofrer contingenciamento, a outra metade sofreu corte de 80%.

O resultado, a seu ver, foi a destinação de apenas R\$ 37 milhões para defesa sanitária. Mesmo assim, como informou, até junho deste ano já haviam sido destinados à área R\$ 92 milhões, dos quais R\$ 55 milhões estão empenhados até outubro. "Houve um aumento, mas ainda é pequeno", afirmou o Ministro.

Em relação ao surto de aftosa, entretanto, o Ministro não acha que a responsabilidade seja exclusiva do Ministério. Segundo ele, a culpa deve ser compartilhada com os governos estaduais e, inclusive, com os pecuaristas.

O Ministro disse que foi feito tudo que tecnicamente seria recomendável ao combate à aftosa.. "A crise é grande, mas esperamos que o quadro seja revertido rapidamente", concluiu. Ele informou aos parlamentares que já foram identificados 22 focos da doença no País. O último foco foi registrado em uma fazenda do Mato Grosso do Sul com 5 mil cabeças de gado. Segundo Rodrigues, as análises não acusaram a existência do vírus no Paraná, mas ainda existem suspeitas nas cidades de Londrina e Toledo.

De acordo com o Ministro, a primeira preocupação do Governo era a de que o vírus tivesse sofrido mutação. "Solicitamos os exames e verificamos que não se trata de um vírus mutante, mas de uma espécie recorrente na região, incluindo o Paraguai e a Argentina", explicou.

A segunda preocupação era com a possível baixa qualidade da vacina, mas, segundo o Ministro, os exames foram feitos e a suspeita não foi confirmada.

Até agora, há três hipóteses para o surto de febre aftosa. Na primeira, a vacinação não teria sido feita corretamente porque os pecuaristas teriam comprado a vacina mas não a utilizaram. A segunda hipótese é de que a vacina tenha sido mal conservada. O Ministro explicou que as doses precisam ficar guardadas em uma temperatura entre 2 e 8 graus Celsius. A terceira explicação seria uma vacinação mal feita, em que um ou outro animal não tenha recebido a dose e, posteriormente, tenha sido contaminado.

No Mato Grosso do Sul, 810 propriedades foram interditadas. Quase 4 mil animais já foram sacrificados e cerca de 138 mil estão sob vigilância. Segundo o Ministro da Agricultura, 52 equipes estão em operação na região e 25 barreiras sanitárias funcionam 24 horas por dia.

O Ministro afirmou que a maior preocupação do Governo são os embargos feitos por vários países, que podem causar prejuízos de US\$ 1,129 bilhões (cerca de R\$ 2,47 bilhões) em relação à carne bovina e de US\$ 617 milhões (cerca de R\$ 1,35 bilhão) para a exportação de carne suína. "Não há perigo para a saúde humana, o prejuízo é material para os pecuaristas locais e para o País, com reflexo nas exportações", resumiu.

(Fonte: Agência Câmara, 08/11/2005.)

Esclarecimentos sobre a intervenção no Banco Santos.

29.11.2005

Reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Finanças e Tributação.

Participantes: *Vânio Aguiar, Administrador Judicial da Massa Falida do Banco Santos; Paulo Cavalheiro, Diretor de Fiscalização do Banco Central; e Antonio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central, em substituição ao Chefe do Departamento de Supervisão do mesmo Banco, Osvaldo Watanabe..*

Foto: J. Batista



Vânio Aguiar, Dep. Alexandre Cardoso, Paulo Cavalheiro e Gustavo Vale

Representantes do Banco Central compareceram perante as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação para prestar esclarecimentos sobre a intervenção no Banco Santos.

Durante a audiência, deputados criticaram a atuação do Banco Central no processo de intervenção no Banco, ocorrida em novembro de 2004. Segundo afirmaram, quando houve a intervenção, as informações sobre a crise financeira da instituição já estavam disseminadas no mercado.

"Não era novidade que o Banco Santos vinha apresentando problemas antes da intervenção", concordou o Deputado Carlos Willian, um dos principais críticos da atuação do BC durante a audiência pública.

O Deputado Ricardo Berzoini lembrou que, pouco antes da decretação da intervenção, já se sabia que o Banco Santos estava pagando juros muito acima do mercado nas captações, o que seria uma evidência de que tinha dificuldades para fechar o caixa. O Banco também estaria pagando aos executivos remunerações exageradas. Esse expediente, segundo afirmou, foi usado como forma de garantir o silêncio dos diretores sobre a real situação financeira da instituição.

Para o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Alexandre Cardoso, a demora na intervenção mostra que os mecanismos legais de fiscalização precisam ser aprimorados: "Estamos sujeitos ao risco de que outro banco, neste momento, esteja na mesma situação do Santos".

O Deputado solicitou a Antonio Vale e ao Diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Sérgio Cavalheiro, informações sobre o volume de saques no Banco Santos 60 dias antes da

intervenção. O administrador da massa falida, Vânio Aguiar, explicou que esses dados só poderiam ser fornecidos com autorização do juiz que cuida da falência.

Os diretores do Banco Central negaram que a instituição tenha demorado em intervir no Banco Santos. Para eles, as fraudes eram muito camufladas, o que impedia sua descoberta. "As fraudes não eram transparentes para a supervisão bancária", disse Cavalheiro.

Prova disso, notou, é que só após a intervenção ficou claro que o rombo no Santos era superior ao que se supunha. O processo que corre na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo mostra que o patrimônio negativo da instituição é de R\$ 2,23 bilhões. Mas pode chegar a R\$ 3 bilhões, se quantificados, por exemplo, os prejuízos dos fundos de investimentos que aplicavam no Santos. Foi por causa desse rombo que o Banco Central decidiu decretar a falência do banco, acatada pela Justiça em setembro.

Segundo Vânio Aguiar, a Justiça deverá determinar em breve a primeira reunião da assembléia de credores do Santos. Os ativos que estão em nome do banco falido, que são mais fáceis de serem recuperados, chegam a R\$ 300 milhões. Já os ativos do banco no exterior serão mais difíceis de serem reavidos, explicou Aguiar.

O governo federal poderá encaminhar ao Congresso, no próximo ano, projeto para substituir a Lei nº 6.024/74, que regula a intervenção do Banco Central em instituições financeiras com dificuldades. O assunto vem sendo estudado por aquele Banco, que deverá apresentar em breve proposta ao Ministério da Fazenda, informação dada pelo diretor de Liquidações e Desestatização do Banco Central, Antonio do Vale. Observou que a lei precisa ser modernizada para dar ao BC mais instrumentos para fiscalizar o sistema financeiro nacional, antecipando eventuais crises de insolvência dos bancos.

(Fonte: Agência Câmara, 06/12/2005)

Esclarecimentos a respeito de irregularidades no funcionamento da empresa VARIG.

06.12.2005

Participantes: Engenheiro Antônio Flávio Torres Martins Costa, Diretor Técnico da Varig; Coronel-Aviador Jonas Ferreira Sant'anna, Chefe do Subdepartamento Técnico Operacional do Departamento de Aviação Civil; e Tenente-Coronel Engenheiro Robson Fernandes Ramos, Chefe da Divisão de Planejamento do Subdepartamento de Serviço Aéreo do Departamento de Aviação Civil.



Ten.Cel. Robson Fernandes, Cel. Jonas Ferreira, Dep. Alexandre Cardoso, Engº Antônio Martins Costa

As numerosas reclamações que a VARIG tem recebido de seus usuários ultimamente, levaram o Deputado Eduardo Valverde a solicitar esta audiência. As queixas mais frequentes são os atrasos nos vôos, inadequada manutenção das aeronaves e falhas no fornecimento de informações por parte dos funcionários.

Por isso, Sendo assim, solicitou que representantes da diretoria da VARIG informassem sobre suas condições de operação e que o Departamento de Aviação Civil – DAC, apresentasse à Comissão relatório sobre as condições técnicas e operacionais daquela empresa.

O Deputado Eduardo Valverde, como integrante da Frente Parlamentar em Defesa da VARIG, intermediou várias vezes a solução de problemas entre usuários e funcionários da empresa nos aeroportos. Disse que reconhece a VARIG como patrimônio da aviação nacional e se declarou um aliado na busca de recuperação da empresa e para instigar o DAC a melhor fiscalizar seus programas.

Quanto aos atrasos, o diretor técnico da VARIG, Antônio Flávio Torres Martins Costa, afirmou que todos são comunicados ao DAC, órgão responsável por esse acompanhamento. O diretor disse que tais problemas já haviam sido detectados pelo centro de controle e que as providências já estavam sendo tomadas. Ressaltou, porém, que as medidas são complexas, e por isso de efeitos mais demorados.

Complementando, o Ten.Cel.Robson Ramos informou que, em breve, o DAC modificará os padrões que definem o atraso. Em vôos nacionais, o tempo de espera para consideração do atraso será reduzido de 30 para 15 minutos. Já em vôos internacionais, de 1 hora para 30 minutos.

Sobre o atendimento, o diretor disse que a empresa promove constantemente seminários para seus funcionários com apresentação de modelos de gestão.

O Deputado Luiz Couto reclamou da prática freqüente de “overbooking”. Costa explicou que isso decorre do grande número de reservas não confirmadas. Ele ainda admite que a prática é inadequada mas necessária, de forma a garantir a “sobrevivência” da empresa. O Ten. Cel. Robson Ramos informou que os aviões estão saindo, em média, com 30% de assentos ociosos. O percentual, como informou, está dentro dos padrões internacionais mas que, eventualmente, pode haver excesso de passageiros.

Acrescentou que a empresa está em processo de recuperação judicial, abrangendo a recuperação das áreas operacional, financeira e societária.

Explicou que o processo durou seis meses e que está em fase final, devendo ser concluído até o início de janeiro de 2006. O processo visa a um acordo com três grupos de credores. Com a conclusão do processo, Costa acredita que a empresa estará reestruturada, facilitando os ajustes necessários para melhor atendimento ao usuário. "Quando todos esses grupos estiverem acordados, a competitividade da empresa vai aumentar", conclui.

O Deputado Valverde considerou os depoimentos da audiência pública pouco satisfatórios. Para o deputado, os usuários de transporte aéreo no Brasil, ainda estão desprotegidos porque dependem do arbítrio das empresas aéreas na fixação dos horários e dos cancelamentos de vôos. Acrescentou que faltam no Estado instrumentos fiscalizadores a fim de exigir o cumprimento dos contratos de transporte aéreo.

(Fonte: Agência Câmara, 06/12/2005.)

Esclarecimentos sobre a reestruturação regimental do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

07.12.2005

Participantes: Nelson Machado, Ministro da Previdência e Assistência Social; e Valdir Moysés Simão, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.



Foto: Otávio Praxedes

Valdir Simão, Presidente do INSS, Dep. Alexandre Cardoso e Nelson Machado, Ministro da Previdência Social

A reestruturação regimental do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, gerou grande polêmica entre os parlamentares da bancada fluminense, composta por 46 deputados e 3 senadores. A alteração, que envolveu a extinção de nove superintendências e a criação de cinco gerências regionais, deixou de contemplar o Rio de Janeiro como Estado-sede de sua região.

O Ministro Nelson Machado informou que a localização das sedes das gerências regionais foi decidida a partir de análises geográficas e da facilidade de acesso, por via terrestre, às cidades definidas. Explicou que todas as decisões práticas relativas a processos técnicos e jurídicos junto ao INSS caberão às gerências executivas, presentes em todas as capitais e em outras 75 cidades.

O Deputado Simão Sessim, autor do requerimento para a audiência pública, disse que a bancada fluminense considera a decisão do Ministério uma agressão. Sessim questionou a capacidade de atendimento da demanda do Rio de Janeiro pela gerência regional de Belo Horizonte, citando como exemplo 10 mil mandados de segurança contra o INSS impetrados naquele Estado. Segundo o Deputado, o Rio de Janeiro tem a segunda maior arrecadação da Previdência no País, com mais de 2,2 milhões de benefícios, no valor de R\$ 1,4 bilhão.

O Deputado Fernando Lopes sugeriu que o Ministério aumente o número de gerências regionais para garantir uma sede naquele Estado. E o Deputado Antônio Carlos Biscaia protestou contra o que julgou "inaceitável desprestígio do Rio de Janeiro". O Ministro contra argumentou dizendo que "no processo de decisão, não houve intenção nenhuma de colocar o Rio em segundo plano".

De acordo com o Ministro, o novo modelo não é irreversível, assinalando que as mudanças fazem parte do Programa de Gestão do Atendimento, visando à melhoria do atendimento, a redução de fraudes, de desperdícios e de custos do Instituto. As transformações envolvem também a extinção de diretorias colegiadas e superintendências, a criação de uma diretoria de atendimento, a troca de equipamentos e a valorização de servidores, com a implantação de planos de carreira.

O Ministro citou o exemplo de um projeto-piloto do programa implantado em cinco agências do INSS entre dezembro de 2004 e julho de 2005. Nesse período, segundo ele, houve redução de 65% dos processos e aumento de 50% da produtividade nos serviços de atendimento.

Seguindo a implantação do programa, em fevereiro de 2006 serão instalados 27 mil novos computadores em substituição ao equipamento antigo das unidades do INSS. A aquisição facilitará a

disponibilização de dois novos serviços em 2006: Previfone e atendimento via internet. Essas ferramentas possibilitarão a requisição de auxílio-doença, pensão por morte e salário-maternidade sem a necessidade da presença do beneficiário nas agências para início do processo.

O Ministro afirmou que o Governo publicaria decreto regulamentando a Lei nº 11.196/05, que permite aos municípios parcelar débitos com o INSS em até 240 meses. Além dos municípios, o parcelamento se destina a suas autarquias e fundações que tenham débitos com o Regime Geral de Previdência relativos às contribuições sociais patronais, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço e às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, com vencimento até 30 de setembro de 2005. Machado adiantou que as negociações com as prefeituras serão feitas pela Secretaria da Receita Previdenciária.

O INSS tem atualmente 39,6 mil servidores e está presente em 1.102 municípios do País. O Instituto paga 23,8 milhões de benefícios mensais, somando R\$ 11,4 bilhões, representando assim, um valor médio de R\$ 477,88. Para a concessão dos benefícios, são realizadas cerca 930,7 mil perícias por mês.

(Fonte: Agência Câmara, 07/12/05.)

OUTROS EVENTOS

Lançamento da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle – Um Manual de Exercício da Cidadania

21.09.2005

Participantes: *Ministro Waldir Pires, Corregedor-Geral da União; Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União; Morgana Richa, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; e Mário Flávio Brandão, Secretário-Geral da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público*



Morgana Richa, Min. Adylson Motta, Dep. Alexandre Cardoso, Min. Waldir Pires e Mário Brandão

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados lançou a "Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle – Um Manual de Exercício da Cidadania", com o objetivo de apresentar ao cidadão comum os diversos mecanismos de acompanhamento, busca de informações e denúncia das atividades irregulares realizadas com o dinheiro público. "Vivemos um momento de descrença no sistema político, um exemplo disso é a renúncia anunciada do Presidente da Câmara. Por isso é necessário que a sociedade se organize e aprenda a cobrar seus direitos, e dos legisladores a sua parte. Na medida em que contribui nessa direção, ao reforçar a noção de cidadania, essa cartilha aproxima-se da sonhada reforma política", afirmou o Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Cardoso, que lançou a idéia no início do ano.

Participaram também do lançamento representantes de entidades de classe como ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social); AUDITAR (União dos Auditores Federais de Controle Externo); FENAFISP (Federação Nacional dos Fiscais da Previdência); CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e UNALE (União Nacional dos Legislativos Estaduais).

A Cartilha oferece explicações para o cidadão sobre por que e como fiscalizar seu dinheiro, com a descrição dos diversos tipos de controle que podem ser realizados; como acontecem os desvios e o mau uso das verbas públicas; a importância dos conselhos regionais e como fiscalizar o SUS, o FUNDEF, a coleta de lixo, a merenda escolar e as obras públicas.

Apresenta também exemplos de como o leitor pode exercer sua cidadania fiscalizando diversos setores: reproduz modelos de petições e representações, de oferecimento de denúncias aos tribunais de contas e aos ministérios, de notícias criminais e de representações por ato de improbidade administrativa, entre outros.

Sua elaboração foi resultado do trabalho de funcionários da Comissão e de outros departamentos da Casa, como as consultorias Jurídica e de Orçamento e a Secretaria de Comunicação - SECOM. Está disponível para consulta no site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), na página da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR - 2005

TITULARES	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS PEC / REP	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	REQUERIMENTOS	COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
Aldir Cabral	2	0	2	1	23	
Alexandre Cardoso	0	0	0	3	26	
Aníbal Gomes	3	0	3	1	4	
Asdrubal Bentes	1	0	1	0	21	
Colombo	3	0	3	2	14	
Eduardo Paes	2	0	2	15	17	
Elaine Costa	2	1	1	2	15	
Fernando Lopes	1	0	1	0	11	
Francisco Garcia	1	0	1	0	23	Justificou ausência, em 22/03, 14/04 e 06/12, por compromisso político-partidário.
Manoel Salviano	2	1	1	0	19	
Mauro Benevides	4	0	4	0	27	
Olavo Calheiros	1	0	1	1	4	
Pastor Francisco Olímpio	0	0	0	0	21	Justificou ausência, em 29/03, 30/03 e 06/04, por compromisso político-partidário.
Paulo Bauer	3	2	1	3	21	
Ronivon Santiago	0	0	0	0	16	Justificou ausência, em 14/04 e 25/08, em virtude de Missão Oficial e por compromisso político-partidário, respectivamente.
Simão Sessim	2	0	2	1	27	Justificou ausência, em 30/03 e 31/03, por compromisso político-partidário.
Vitorassi	3	0	3	0	20	

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

SUPLENTE	MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS PFC / REP	MATÉRIAS RELATADAS	MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER	REQUERIMENTOS	COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
B.Sá	2	0	2	0	12	
Barbosa Neto	1	1	0	0	9	
Eduardo Valverde	2	1	1	8	20	
Iris Simões	0	0	0	0	16	Justificou ausência, em 22/03, em virtude de Missão Oficial.
João Almeida	0	0	0	0	6	
João Correia	3	3	0	0	17	Justificou ausência, em 22/03 ,13/04, 08/06, 15/06 e 21/09, por compromisso político-partidário.
João Magalhães	0	0	0	3	15	
José Carlos Machado	3	1	2	3	10	
José Mentor	1	0	1	1	6	
Luis Carlos Heinze	0	0	0	0	0	
Luiz Carlos Haully	2	0	2	9	10	
Marcelino Fraga	0	0	0	0	7	
Pauderney Avelino	0	0	0	1	0	
Paulo Baltazar	2	0	2	1	8	
Renato Cozzolino	0	0	0	0	1	
Rodrigo Maia	0	0	0	6	1	
Sigmaringa Seixas	0	0	0	0	0	
Virgílio Guimarães	0	0	0	0	1	
Wellington Roberto	0	0	0	0	1	

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU

Aviso nº 25-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 39/2005, proferido nos autos do processo nº TC 015.266/2003-4, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/1/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Representação

Entidade: Banco do Brasil

Responsáveis: Luiz Otávio Oliveira Campos, Grupo Rodomar e outros.

Sumário: Representação formulada por membros do MP/TCU. Concessão de financiamentos com recursos do Finame, do BB Banco de Investimentos e do Banco do Brasil, agenciado por este. Indícios de dano ao Erário. Conhecimento. Diligências. Conversão do processo em Tomada de Contas Especial. Inconveniência da decretação da indisponibilidade dos bens dos responsáveis **hic et nunc**. Citação dos responsáveis.

Aviso nº 43-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.042/2004-TCU, exarado na Sessão Plenária daquela Corte de 15/12/2005, nos autos do processo nº TC 018.966/2003-6, que se refere ao *Relatório de monitoramento de deliberação relativas à indústria do petróleo decorrentes de auditorias e acompanhamentos efetuados pelo TCU*, realizado no período de 20/10 a 16/12/2003, junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Aviso nº 107-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 91/2005, proferido nos autos do processo nº TC 007.283/2002-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16/2/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria

Entidade: Clínica de Especialidades de Pedreiras/MA - Clinepe.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Sumário: Relatório de Auditoria efetuada em cumprimento à Decisão nº 770/2000 - TCU - Plenário, visando à apuração de denúncia de desvio de recursos do SUS. Ausência de autorização para emissão de diárias. Não comprovação de atendimentos ambulatoriais. Determinação de glosa de valores impugnados à Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde - FNS. Determinações à Clínica e à Gerência de Estado de Qualidade de Vida para a correção de falhas operacionais. Ciência ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, com vistas à adoção de providências cabíveis quanto aos períodos não examinados pela presente fiscalização, e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Em atendimento ao Requerimento nº 31/2000, do Sr. Eliseu Moura.

Aviso nº 157-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 133/2005, proferido nos autos do processo nº TC 000.864/2003-6, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23/2/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgãos: Secretaria de Estado da Justiça - Sejus e Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação social do Espírito Santo – Setas.

Responsáveis: Maria Terezinha Silva Gianordoli, Maria Helena Ruy Ferreira, Pedrinho Raul Hoppe, Perly Cipriano, Francisco José Boturao Ferreira, Francisco de Moraes, Arízio Ribeiro Brotto, Pedro Paulo de Souza Nunes, Sebastian Marcelo Veiga, Elaine Barreto Vivas, Manoel Antônio de Barros, Valdir Toniato, Marilza Ferreira Celin, Norma de Andrade Gomes, Alfredo Ferreira Pereira e Ivonete Rogério.

Sumário: Auditoria. Aplicação de recursos do FAT. Plano Nacional de Qualificação Profissional - Planfor. Inobservância de regras procedimentais contidas da Lei de Licitações e Contratos. Determinações.

Aviso nº 155-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 134/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 004.951/2003-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 23/2/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria Operacional.

Entidades: Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS e Laboratórios Centrais de Saúde Pública dos Estados.

Responsável: Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques.

Sumário: Auditoria de natureza operacional realizada na Rede Nacional de Laboratórios Oficiais de Controle de Qualidade em Saúde - RNLOCQS, composta pela Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS e pelos laboratórios centrais de saúde pública dos estados. Verificação de deficiências no planejamento nacional, no treinamento dos servidores, na modernização de equipamentos e metodologias, entre outras. Recomendações à ANVISA e ao Ministério da Saúde. Remessa de cópias aos órgãos interessados. Arquivamento.

Aviso nº 444-GP-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do relatório e partes conexas dos processos nºs TCS-009.853/2001-7, 018.909/2004-8, 018.914/2004-3, 018.919/2004-4, 018.926/2004-3, 018.928/2004-3 e 018.923/2004-7, referentes a auditoria realizada por este Tribunal em projetos incentivados pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, para fins de conhecimento e adoção das providências que se fizerem necessárias.

Aviso nº 241-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 213/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 010.535/2002-3, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 09/3/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Monitoramento.

Unidade: Departamento Penitenciário Nacional da Secretaria Nacional de Justiça - Depen/SNJ.

Responsável: Ângelo Roncalli de Ramos Barros.

Sumário: Segundo Relatório de Monitoramento com vistas a verificar a adoção de medidas relativas a recomendações emitidas pelo Plenário ao deliberar acerca da Auditoria Operacional realizada em duas ações do Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário. Cumprimento parcial. Recomendações. Retorno dos autos à unidade técnica para avaliação de impacto da auditoria operacional. Ciência aos órgãos envolvidos.

Aviso nº 227-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 231/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 001.649/2004-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de caráter reservado de 09/3/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidades: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.

Responsáveis: Carlos Gomes Bezerra (Diretor-Presidente do INSS) e Jairo Ferreira Cabral (Presidente da Dataprev).

Sumário: Relatório de auditoria nas bases de dados de arrecadação da Previdência Social. Baixa confiabilidade das informações constantes nos sistemas. Falta de documentação adequada dos sistemas. Detecção de situações que podem ter gerado ou estar gerando prejuízos à entidade. Determinação para que o INSS averigue tais situações. Outras determinações ao INSS e à Dataprev. Determinações à Segecex e à Adfis. Encaminhamento de cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, a diversas autoridades.

Aviso nº 275-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 252/2002-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 014.459/2002-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16/3/2005, bem como do Relatório de Monitoramento e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Monitoramento.

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Responsável: Patrus Ananias.

Sumário: Relatório de Auditoria Operacional. Segundo monitoramento da implementação das recomendações exaradas por meio do Acórdão Plenário nº 240/2003. Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Envio de cópias à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, às Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização Financeira e Controle do Senado Federal e às Comissões de Educação e Cultura e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Restituição dos autos à 4ª Secex para prosseguimento do monitoramento.

Aviso nº 327-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 327/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 012.653/2000-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 30/3/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Monitoramento de Auditoria de Natureza Operacional (Avaliação de Impacto) - Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro - Proágua/Semi-árido.

Unidades: Agência Nacional de Águas (ANA); e Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Relatório de monitoramento de auditoria de natureza operacional. Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. Avaliação de impacto das determinações e recomendações expedidas mediante a Decisão 829/2001-TCU-Plenário, proferida em exame de auditoria realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro, bem como das recomendações e determinações oriundas do Segundo Monitoramento (AC 669/2003-TCU-Plenário). Registro de avanços na implementação das medidas. Constatação de ganho financeiro como resultado da implementação de recomendação do Tribunal. Determinação de inclusão de indicadores de desempenho do programa nas contas da ANA. Recomendação para aprimoramento de normativo em desenvolvimento da SIH/MI. Remessa de cópia da deliberação a autoridades e órgãos interessados. Arquivamento.

Aviso nº 381-SGS-TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 409/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 005.977/2004-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 13/4/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidades: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.

Responsáveis: Carlos Gomes Bezerra - Diretor-Presidente do INSS e José Jairo Ferreira Cabral - Presidente da Dataprev.

Sumário: Relatório de Auditoria nos sistemas informatizados de apoio à arrecadação do INSS. Falta de documentação adequada dos sistemas. Diversos achados relacionados à falta de segurança das informações contidas nos sistemas. Pequeno número de técnicos responsáveis pela manutenção e pelo desenvolvimento do Sistema de Cobrança Administrativa. Outras falhas. Determinações ao INSS e à Dataprev. Encaminhamento de cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, a diversas autoridades.

Aviso nº 2701-GP/TCU

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 276/2005-TCU-Plenário, de 23/3/2005, proferido nos autos do TC 012.774/2000-5, que trata do Monitoramento das recomendações decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional realizada no Programa Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), bem como do inteiro teor do relatório da equipe de auditoria.

Aviso nº 476-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 480/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 004.550/2004-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 27/4/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria Operacional e de Legalidade.

Entidade: Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC.

Sumário: Auditoria realizada no Programa de Educação Profissional - Proep, a cargo da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC e das Instituições Federais de educação Tecnológica - Ifets. Avaliação de aspectos operacionais e de legalidade. Ausência de informações gerenciais relevantes que deveriam ser mantidas pelas Ifets e pela Setec/MEC. Identificação de elementos que sugerem atendimento insatisfatório de parcelas menos favorecidas da população. Verificação de existência de possíveis irregularidades em convênios financiados com recursos do Proep. Outras falhas. Determinações. Encaminhamento de cópia desta deliberação a órgãos da Administração Federal e de controle.

Aviso nº 500-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 533/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 003.582/2005-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 4/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Denúncia.

Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei 8.443/92, c/c o art. 236, § 1º, do Regimento Interno/TCU).

Unidade: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – Dnit.

Sumário: Denúncia versando sobre possíveis irregularidades na escolha do projeto de travessia do Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, trecho que faz parte da duplicação da rodovia BR-101/Sul. Conhecimento. Procedência parcial. Determinações. Remessa de cópia do acórdão aos órgãos interessados. Arquivamento.

Aviso nº 535-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 555/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 009.878/2003-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 11/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.

Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Interessados: M.I Montreal Informática Ltda.; CTIS Informática Ltda.; IOS Informática, Organização e Sistema Ltda.; SICON Consultoria de Sistemas Ltda.; Consórcio STE - Serviços Técnicos de Engenharia S/A, GISTRAN - Gerenciamento de Informações e Sistemas de Transportes Ltda.; CIM Saneamento Instrumental S/A.

Sumário: Relatório de Auditoria realizada no Departamento Nacional de infra-estrutura de Transportes - DNIT. Objetivos da auditoria: procedimentos administrativos na área de convênios firmados com as unidade da federação, contratos de terceirização e de consultoria, sistema de pesagem de veículos em rodovias federais. Audiências dos responsáveis e dos interessados, em razão de possíveis irregularidades na celebração de convênios, na utilização irregular de mão-de-obra terceirizada em atividade-fim da entidade e na utilização de consultoria para o desempenho de atividades rotineiras. Acolhimento das razões de justificativa de parte dos responsáveis, quanto aos achados na área de convênios. Rejeição das razões de justificativa de outros responsáveis e aplicação de multa, em razão da celebração e aditamento de convênios com infração a norma regulamentar. Acolhimento parcial das razões da Diretoria-Geral do DNIT e das empresas interessadas quanto aos contratos de terceirização e de consultoria. Constatação de que as irregularidades verificadas nesses contratos decorrem da precária situação dos recursos humanos da autarquia e da ausência de plano definitivo de cargos e salários. Impossibilidade, contudo, de o Tribunal tolerar que a carência de pessoal seja justificativa para que o DNIT prossiga adotando práticas que afrontam a legislação e envolvem risco estratégico para o normal desempenho das atribuições legais a cargo da entidade. Determinação para que o DNIT regularize, em prazo certo, a situação dos contratos indicados, adequando-se aos parâmetros já fixados pelo Tribunal no Acórdão nº 2.389/2003-2ª Câmara. Extração de cópias das peças processuais relativas a parte dos trabalhos de auditoria que versarem sobre o sistema de pesagem para subsidiar a instrução de fiscalização de orientação centralizada (FOC) em curso no âmbito do TC nº 016.878/2004-0. Determinações ao DNIT objetivando o aperfeiçoamento das rotinas administrativas e a prevenção de ocorrência de irregularidades verificadas na área de convênios. Determinação ao Ministério dos Transportes no sentido de fazer as gestões necessárias à aprovação de plano de cargos e salários do DNIT. Ciência à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e à Controladoria-Geral da União. Apensamento do processo às contas do DNIT do exercício de 2002.

Aviso nº 519-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 543/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 017.789/1996-6, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 11/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Embargos de Declaração.

Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, atual Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Interessados: Maurício Hasenclever Borges, Wilton Luis Neiva de Moura Santos e Empresa Construtora sucesso S/A.

Sumário: Embargos de Declaração formulados pelos Srs. Maurício Hasenclever Borges e Wilton Luis Neiva de Moura Santos. Omissões, contradições e obscuridade alegada não restaram demonstradas. Embargos conhecidos para negar-lhes provimento. Apresentação pela empresa Construtora Sucesso S/A de peça recursal inominada e, posteriormente, de peça denominada Embargos de Declaração. Não conhecimento da segunda como Embargos de Declaração. Ausência de omissões, contradições e obscuridades. Provimento negado. Ciência aos interessados.

Aviso nº 600-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 597/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 015.333/2004-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 18/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Monitoramento.

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Responsáveis: Márcia Helena Carvalho Lopes - Secretária Nacional de Assistência Social e Maria da Penha Silva Franco - Coordenadora Nacional da Política do Idoso.

Sumário: Terceiro monitoramento da implementação das determinações e recomendações constantes da Decisão Plenária nº 590/2002, exarada no TC nº 013.082/2001-1. Verificação da situação atual de implementação das determinações e recomendações efetuadas. Considerações acerca da questão do idoso no Brasil. Descrição dos benefícios advindos do trabalho do Tribunal. Determinações. Encaminhamento da deliberação a diversos órgãos. Arquivamento.

Aviso nº 586-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 600/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 011.662/2004-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 18/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgão: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República.

Responsáveis: Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Nilda Maria Turra Ferreira, Coordenadora Geral de Proteção a Testemunhas.

Sumário: Relatório de Auditoria. Programa Assistência a Vítimas e Testemunhas ameaçadas. Deficiências e pontos fortes. Indicadores de desempenho. Recomendações e determinações. Monitoramento. Encaminhamento de cópia. Arquivamento.

Aviso nº 659-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 649/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 006.226/2004-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 25/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Acompanhamento de outorga de concessão para prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão.

Sumário: Acompanhamento de outorga de concessão para prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. Exame dos 1º, 2º e 3º estágios de licitação nos termos da IN/TCU 27/98. Ausência de motivação adequada para justificar diversos critérios e valores empregados na definição da receita máxima admitida no edital de licitação. Imprescindibilidade da motivação técnica na definição de critérios e valores técnicos. Apuração incorreta da variação do IGP-M. Erros no preenchimento de planilhas. Inconsistências no cálculo da depreciação dos investimentos. Reserva Global de Reversão calculada sem observar a limitação legal. Outras impropriedades. Impacto das falhas mitigado por deságios ocorridos nos leilões. Regularidade com ressalvas do 1º Estágio. Ausência de mecanismos de apropriação de ganhos de eficiência contrariando o disposto no inciso IV, art. 14, da Lei 9.427/96. Ausência de mecanismos adequados à manutenção de equilíbrio econômico-financeiro e ao funcionamento adequado do regime de regulação por preços máximos estabelecido no art. 15 da Lei 9.427/96. Determinações. Comunicações.

Aviso nº 557-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 556/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 013.237/2004-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 11/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Auditoria Operacional.

Unidades: Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás.

Responsáveis: Jerson Kelman, Diretor-Geral da Aneel; Dilma Vana Rousseff, Ministra de Estado de Minas e Energia; Silas Rondeau Cavalcante Silva, Presidente da Eletrobrás.

Sumário: Auditoria. Conta de Consumo de combustíveis fósseis dos sistemas isolados - CCC-ISOL. Instrumento fundamental de sustentabilidade econômica das localidades atendidas por sistemas isolados de produção de energia. Crescimento expressivo da ordem de 542% no período de 1999 a 2004, do reembolso da CCC-ISOL, que ultrapassou R\$ 3,1 bilhões em 2004. Inexistência de mecanismos efetivos de fiscalização, por parte da Eletrobrás e da Aneel, da efetiva utilização desses recursos pelas concessionárias. Situação que contribui para a ampla ineficiência das concessionárias locais de energia. Conflito de interesses na atuação da Eletrobrás, ora como gestora da CCC, ora como destinatária de 49% dos recursos, por intermédio da subsidiária Manaus energia S/A. Ausência de regulamentação exigida por lei. Subutilização da Linha de Transmissão Acre-Rondônia, que não está cumprindo a finalidade de substituir a energia térmica ineficientemente gerada no Estado do Acre. Audiência. Determinações. Recomendações. Ciência às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Aviso nº 5613-GP/TCU

O Tribunal de Contas da União encaminha Relatório das Atividades, referente ao 1º trimestre do exercício de 2005, bem como as Atas das Sessões do Plenário, da Primeira e da Segunda Câmara, relativas ao mesmo período.

Aviso nº 662-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 672/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 018.624/2003-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 25/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Entidade: Fundação Real Grandeza.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Fiscalização de operações financeiras da Fundação Real Grandeza. Inexistência de irregularidades. Arquivamento. Ciência ao solicitante.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 13/2003, do Sr. Eduardo Cunha (sigiloso).

Aviso nº 636-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 654/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 011.307/2004-9, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 25/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgão: Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde.

Responsáveis: Jorge José Santos Pereira Solla; Tereza de Jesus Campos Neto e Pedro Gabriel Godinho

Sumário: Auditoria de Natureza Operacional. Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde (ações de Atenção à Saúde Mental, Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde - De Volta para Casa, e apoio a Serviços Extra-hospitalares para transtornos de Saúde Mental e Decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas). Recomendações. Determinações. Monitoramento. Arquivamento. Proposição de indicadores de desempenho.

Aviso nº 541-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 540/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 017.648/1996-3, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 11/5/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Pedido de Reexame.

Entidade: Banco Central do Brasil – Bacen.

Interessado: Senado Federal.

Recorrentes: Jairo da Cruz Ferreira e Ari Pereira da Cruz.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Relatório de Auditoria. Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão nº 1.590/2003-TCU-Plenário. Conhecimento. Provimento Parcial. Alteração da redação do item 9.2 do Acórdão recorrido. Manutenção dos demais itens. Ciência aos recorrentes.

Aviso nº 699-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 714/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 010.299/1997-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 8/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Embargos de Declaração

Entidade: Conselho Federal de Enfermagem

Embargante: Gilberto Linhares Teixeira (ex-presidente)

Sumário: Embargos de Declaração. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado. Conhecimento. Não-provimento. Manutenção do acórdão recorrido. Notificação. Ciência.

Em atendimento ao Requerimento nº 55/1999, dos Srs. Dr. Rosinha e Gilmar Machado.

Aviso nº 710-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 718/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 006.301/1996-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 8/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Tomada de Contas, exercício de 1995.

Órgão: Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

Responsáveis: Dirce Barbosa dos Santos; Lúcia de Fátima T. Masson; Geni Filincowsky lack; Elzira Silva F. Riquelme; e Francisco Cláudio R. dos Santos.

Sumário: Expedientes questionando a aplicação do disposto no Acórdão 458/2004-Plenário, o qual fez diversas determinações acerca da prestação de serviços de saúde aos servidores federais pela GEAP. Enquadramento da GEAP como empresa de autogestão. Fato novo com possível eficácia sobre a prova produzida. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público junto ao TCU para a interposição de recurso de revisão, caso assim entender conveniente. Exercício do poder geral de cautela. Prorrogação de prazo para o cumprimento do disposto no Acórdão 458/2004-Plenário. Ciência aos interessados.

Em atendimento ao Requerimento nº 128/2003, do Sr. Barbosa Neto.

Aviso nº 710-SGS-TCU-Plenário 08/06/2005

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 739/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 019.319/2004-6, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 8/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Monitoramento.

Entidade: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Responsável: José Henrique Paim Fernandes, Presidente.

Sumário: Monitoramento. Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE. Segunda verificação do cumprimento de recomendações em auditoria de natureza operacional. Determinação ao FNDE. Autorização para que seja dada continuidade ao monitoramento no primeiro semestre de 2006. Envio de cópia da deliberação à 6ª SECEX, à Secretaria Federal de Controle Interno e ao FNDE.

Aviso nº 710-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 815/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 005.640/2005-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 22/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação de Auditoria.

Entidade: Município de Maracaju/MS.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação proveniente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, com vistas à realização de auditoria no Município de Maracaju/MS, para verificar a correta aplicação dos recursos do Fundef repassados no período de 2003/2004. Incompetência do TCU para a realização de fiscalização direta, ante a ausência de repasse de recursos federais a título da complementação prevista pelo art. 60, § 3º, do ADCT. Informação à Comissão interessada. Arquivamento.

Em atendimento ao Requerimento nº 96/2004, do Sr. João Grandão.

Aviso nº 710-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 769/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 014.985/2003-3, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 15/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação de Auditoria.

Entidade: Prefeitura Municipal de Manaquiri – AM.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação de Auditoria formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, com vistas a apurar indícios de aplicação de recursos federais destinados ao Município de Manaquiri/AM. Deliberação anterior determinando apuração de atos identificados em inspeção. Instauração de tomada de contas especial pela entidade concedente dos recursos. Ciência à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Arquivamento dos autos.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 6/2003, do Sr. Carlos Souza.

Aviso nº 729-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 724/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 011.659/2004-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 8/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria Operacional.

Unidades: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - Senasp/MJ.

Responsável: Luiz Fernando Corrêa, Secretário.

Sumário: Relatório de Auditoria Operacional. Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Avaliação do Programa Sistema Único de Segurança Pública. Trabalhos resultantes de Representação formulada pelo Ministério Público/TCU. Identificação de insuficiência de recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais e de informações na área de segurança pública. Necessidade de aumento de ações relativas à capacitação dos policiais. Deficiência nas condições de

trabalho, entre outras limitações, das ouvidorias e corregedorias. Ocorrência de outras disfunções. Verificação de práticas referenciais que podem contribuir para o aperfeiçoamento das atividades de Programa. Recomendações e determinações. Remessa de cópia aos entes assinalados.

Aviso nº 994-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 997/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 009.775/2005-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 20/7/2005, bem como dos Acórdãos nºs 548/2004, 1.560/2004 e 221/2005 com seus respectivos Relatórios e dos Votos que fundamentaram aquelas deliberações.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Expediente encaminhado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados solicitando realização de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e informações sobre os negócios celebrados entre o referido Banco e o atual grupo AES, bem como acerca da Eletropaulo após a privatização. Existência de vários processos no Tribunal versando sobre as matérias constantes do requerimento. Ciência à Comissão. Apensamento destes autos ao TC-003.069/2003-2 e juntada de cópia da deliberação proferida nestes autos ao TC-016.928/2004-4.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 19/2003, do Sr. Jaime Martins.

Aviso nº 936-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 925/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 019.459/2004-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 8/6/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Monitoramento.

Unidades: Ministério da Cultura - Minc e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Responsável: Luiz Fernando de Almeida, Coordenador-Geral do Programa Monumenta; Adolpho Ribeiro Schindler Netto, Gerente do Programa Monumenta.

Sumário: Relatório de monitoramento com vistas a verificar o cumprimento das determinações e recomendações contidas na Decisão nº 962/2002-TCU-Plenário, proferida em auditoria operacional no Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta. Cumprimento parcial. Determinações ao órgão gestor. Ciência aos órgãos envolvidos e a Comissões do Congresso Nacional. Arquivamento.

Aviso nº 967-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 958/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 006.176/2005-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 13/7/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Responsável: Expediente encaminhado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados solicitando a apuração de irregularidades no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea. Existência de processo no Tribunal versando sobre as matérias noticiadas no requerimento. Ciência à Comissão. Apensamento destes autos ao TC 013.794/2204-5

Em atendimento à Representação nº 1/2003, da Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná.

Aviso nº 1026-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.028/2005-TCU-Plenário, proferido nos autos do TC 0929.817/1998-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 27/7/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Pedido de Reexame.

Entidade: Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Interessados: Byron Costa de Queiroz; Ernani José Varela de Melo; Jefferson Cavalcante de Albuquerque; Osmundo Evangelista Rebouças; Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho; Almir Alves Fernandes Tavora Filho; Sérgio Nogueira da França; Francisco das Chagas Farias Paiva; Jenner Guimarães do Rego; José Alan Teixeira da Rocha; Francisco Xavier Ribeiro.

Sumário: Pedido de reexame contra acórdãos que aplicou multa aos responsáveis em razão de irregularidades verificadas em relatório de auditoria realizada com vistas a atender solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Exame da realização de despesas com feira e evento promocional em Nova York - EUA. Ausência de orçamento detalhado. Pagamentos efetuados sem os devidos comprovantes da execução dos serviços. Contratação de

serviços de publicidade sem licitação. Conhecimento do recurso. Justificativas apresentadas insuficientes para alterar a deliberação recorrida. Negado provimento. Ciência aos interessados.

Aviso nº 1108-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão, proferido nos autos do TC 006.301/1996-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 10/8/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Agravo

Órgão: Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

Interessada: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.

Sumário: Recurso de agravo interposto contra o Acórdão 718/2005 - TCU-Plenário, o qual determinou o encaminhamento dos autos ao Ministério Público junto ao TCU para interposição de recurso de revisão, caso assim entender conveniente, e prorrogou o prazo para o cumprimento do disposto no Acórdão 458/2004-Plenário. Conhecimento. Manutenção dos fundamentos da concessão da cautelar. Ausência de interesse em recorrer da remessa dos autos ao MP/TCU. Negado provimento. Ciência aos interessados.

Em atendimento ao Requerimento nº 128/2003, do Sr. Dep. Barbosa Neto.

Aviso nº 1.170-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.175/2005, proferido nos autos do TC 015.347/2004-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 17/8/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Auditoria de Natureza Operacional.

Unidade: Departamento de Atenção Básica - DAB da Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

Responsável: Jorge José dos Santos Pereira Solla (Secretário).

Ementa: Auditoria de natureza operacional. Programa Saúde da Família. Acompanhamento de recomendações feitas em auditoria de 2001. Descontinuidade de implementação. Oportunidades de melhoria no desempenho do PSF. Novas recomendações e determinações. Ciência a diversos órgãos. Juntada aos autos do TC-012.653/2001-8.

Aviso nº 1.208-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.196/2005, proferido nos autos do TC 006.733/2003-1, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 17/8/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria – Monitoramento.

Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Auditoria. Monitoramento realizado na Anatel para verificação do cumprimento da Decisão 215/2002-Plenário. Cumprimento apenas parcial da referida decisão. Procedimento de revisão tarifária como decorrência do desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo reajustamento de tarifas acima da variação dos custos incorridos pelas concessionárias do STFC. Entendimento divergente mantido pela Anatel. Não-cumprimento de recomendações e determinações. Considerações acerca da extensão e aplicabilidade do art. 108 § 3º, da LGT, e da necessidade de instauração de processo revisional das tarifas para corrigir distorções causadas pelos reajustes tarifários havidos acima da variação dos custos incorridos. Determinações. Recomendação. Reiteração de recomendações e de determinação. Ciência aos órgãos e autoridades interessados. Remessa dos autos à Sefid para acompanhamento.

Aviso nº 1.238-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.287/2005, proferido nos autos do TC 015.142/2004-5, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 24/8/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Monitoramento.

Órgão: Ministério da Educação.

Interessados: Secretaria de Educação Básica e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Sumário: Monitoramento de natureza operacional. Avaliação do impacto da implementação das recomendações contidas da Decisão 660/200-TCU-Plenário sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Cumprimento quase integral das recomendações contidas na referida decisão. Determinação. Recomendações. Ciência a todos os interessados. Apensamento às contas anuais da Secretaria de Educação Básica.

Aviso nº 1.304-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.313/2005, proferido nos autos do TC 019.574/2004-9, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão de 31/8/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Inspeção.

Entidade: Banco Central do Brasil.

Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Relatório de inspeção realizada no Banco Central do Brasil, em cumprimento ao subitem 9.3.1 do Acórdão nº 1712/2004-TCU-Plenário, proferido nos autos de auditoria de natureza operacional nas reservas internacionais sob a administração daquela instituição. Apuração acerca de operações tidas por deficitárias, com recursos da carteira de depósitos das reservas, e de operações de títulos das reservas supostamente em desacordo com os normativos da instituição. Ausência de irregularidade grave. Determinação. Arquivamento.

Em atendimento ao Requerimento nº 117/2003, do Sr. Deputado Eduardo Cunha.

Aviso nº 1.389-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.423/2005, proferido nos autos do TC 014.010/2005-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 14/9/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação de Auditoria.

Entidade: Prefeitura Municipal de Marabá – PA.

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação de Auditoria encaminhada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Aplicação, na área e saúde, de recursos federais repassados à Prefeitura Municipal de Marabá - PA, nos últimos quatro anos. Conhecimento. Inclusão no Plano de Fiscalização do 2º semestre de 2005. Ciência às Presidências da referida Comissão, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Apensamento ao futuro processo de fiscalização.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 76/2005, do Sr. Asdrubal Bentes.

Aviso nº 1.418-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.444/2005, proferido nos autos do TC 016.722/2000-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 14/9/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Acompanhamento do processo de privatização do Banco do Estado do Ceará S/A - BEC

Interessados: Conselho Nacional de Desestatização - CND, Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco do Estado do Ceará - BEC e Banco Central do Brasil – Bacen.

Sumário: Acompanhamento do processo de privatização do Banco do Estado do Ceará S/A - BEC. Apreciação dos quatro primeiros estágios. Exame dos relatórios de avaliação econômica encaminhados pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Falhas que não invalidam essa avaliação. Aprovação desses estágios. Recomendação. Determinação. Remessa de cópias do Acórdão, bem como do Relatório e voto que o fundamentaram, ao Ministro da Fazenda, ao Conselho Monetário Nacional, ao Conselho Nacional de Desestatização, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, ao Banco Central do Brasil, à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e ao Deputado Estadual do Ceará José Nelson Martins de Souza. Restituição dos autos à Sefid para que seja dada continuidade ao acompanhamento.

Aviso nº 1.424-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.424/2005, proferido nos autos do TC 015.797-2003-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 14/9/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Entidade: Prefeitura Municipal de Buriti Bravo/MA

Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional acerca de possível uso eleitoral na concessão de benefícios do Bolsa Escola. Diligência à Prefeitura Municipal de Buriti Bravo/MA e ao Ministério da Educação. Inexistência de indícios de uso eleitoral na concessão do benefício. Ciência à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Arquivamento

Em atendimento à Representação nº 4/2003, do Sr. Sebastião Pereira Leite - Vereador da Câmara Municipal de Buriti – MA.

Aviso nº 1.444-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.444/2005, proferido nos autos do TC 009.891/2005-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 14/9/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Acompanhamento - Consolidação do Fiscobras 2005.

Interessado: Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sumário: Fiscobras 2005. Relatório consolidado dos levantamentos de auditorias realizados em obras públicas, no exercício de 2005. Cumprimento ao disposto no art. 103 da LDO/2006, Lei n. 11.178, de 20.9.05. Encaminhamento das informações à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Determinações a unidades técnicas. Arquivamento.

Aviso nº 1.580-SGS-TCU-Plenário Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.580/2005, proferido nos autos do TC 007.460/1997-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 28/9/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Embargos de Declaração.

Entidade: Banco do Estado do Ceará – BEC.

Interessada: Sra. Maria de Fátima Cavalcante Pinheiro.

Sumário: Auditoria realizada no Banco do Estado do Ceará. Constatação de irregularidades. Audiência. Aplicação de multa aos responsáveis. Oposição de Embargos de Declaração. Provimento parcial. Redução do valor da multa aplicada. Manutenção dos demais itens do Acórdão nº 248/2002-TCU-Plenário. Interposição de Pedido de Reexame. Conhecimento. Argumentos incapazes de elidir as irregularidades que fundamentaram a aplicação da multa. Provimento negado. Ciência à Interessada. Oposição de Embargos de Declaração. Conhecimento. Acolhimento parcial. Ciência à interessada e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

Aviso nº 1.792-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.792/2005, proferido nos autos do TC 015.562/2004-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 05/10/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Auditoria de Conformidade.

Entidade: Banco Central do Brasil – Bacen.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Auditoria. Banco Central. Avaliação dos controles das Contas CC5 em relação à preservação e combate à lavagem de dinheiro e à evasão de divisas. Adequação dos normativos existentes. Ausência de pessoal técnico em número suficiente no setor de fiscalização e combate à lavagem de dinheiro. Falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pela fiscalização dos ilícitos financeiros. Determinações e recomendações à entidade. Ciência aos interessados. Arquivamento.

Aviso nº 1.789-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.789/2005, proferido nos autos do TC 014.011/2005-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 05/10/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Órgão: Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Gastos com terceirização de serviços públicos. Conhecimento. Apensamento do TC 013.147/2005-0. Determinações à ADFIS e à Secex/RJ.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 75/2005, do Sr. José Carlos Aleluia.

Aviso nº 1.576-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.498/2005, proferido nos autos do TC 003.136/200-2, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 28/09/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Recurso de Reconsideração.

Entidade: Prefeitura Municipal de Brasilândia do Sul/PR.

Responsáveis: Recurso de Reconsideração contra o Acórdão nº 1.692/2003 - 1ª Câmara, que julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando-lhe débito e multa. TCE de convênio. Fundo Nacional de Saúde. Conhecimento. Existência de provas robustas de fraude, superfaturamento e desvio do

dinheiro. Entrega parcial dos bens adquiridos. Argumentos apresentados insuficientes para afastar as irregularidades apontadas. Não-provimento. Manutenção do acórdão original em seus exatos termos. Ciência ao recorrente.

Em atendimento ao Requerimento nº 11/2000, do Sr. Dep. Moacir Micheletto.

Aviso nº 1.891-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.619/2005, proferido nos autos do TC 012.088/1997-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de 11/10/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Embargos de Declaração.

Órgãos: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais – Seplan/MG e Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – Copasa/MG.

Sumário: Embargos de Declaração. Deliberação proferida em sede de Pedidos de Reexame interpostos em processo de Relatório de Auditoria, em que foi dado provimento a um dos recursos e negado provimento ao outro. Mantida a multa em relação a um dos responsáveis. Inexistência da alegada contradição na deliberação recorrida. Conhecimento dos Embargos para negar-lhe provimento. Ciência ao recorrente.

Em atendimento ao Requerimento nº 247/1997.

Aviso nº 2.037-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.774/2005, proferido nos autos do TC 009.469/2005-8, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de 09/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Órgão: Prefeituras Municipais.

Interessado: Deputado Simão Sessim – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para a realização de levantamento e diagnóstico da realidade salarial das prefeituras brasileiras, com relação ao atendimento do pagamento de salário mínimo legal aos servidores municipais. Conhecimento. Matéria de competência dos Tribunais de Contas Estaduais e dos Conselhos de Contas Municipais e não do Tribunal de Contas da União, Informação à comissão acerca da impossibilidade de o Tribunal de Contas da União efetuar gestões junto a órgãos de controle das esferas estadual e municipal a respeito da utilização de recurso próprios dos municípios. Ciência ao interessado e à Respectiva Comissão.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 38/2004, do Sr. Colbert Martins.

Aviso nº 2.037-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.784/2005, proferido nos autos do TC 002.624/2005-5, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 09/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Auditoria de Natureza Operacional.

Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Secretaria de Defesa Agropecuária.

Sumário: Auditoria operacional realizada com vistas à avaliação do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA. Apresentação das sistemáticas de atuação. Identificação de deficiências e problemas na operacionalização do Programa. Recomendações. Determinação. Comunicações. Conversão em monitoramento.

Aviso nº 2.090-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.777/2005, proferido nos autos do TC 002.624/2005-5, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Extraordinária de 09/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Relatório de Auditoria. Lei 9.790/99. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Termo de Parceria. Terceiro Setor. Atuação do Tribunal. Limite de remuneração da administração pública. Regularidade providenciária, fiscal e perante o FGTS. Submissão às vedações estipuladas nas Leis de Diretrizes Orçamentária. Prévia comprovação de capacidade operacional Hipóteses de perda de qualificação como Oscip. Escolha do parceiro privado. Natureza jurídica do Termo de Parceria. Considerações. Melhorias em procedimentos de auditoria. Organizações Não-Governamentais. Parcerias público-privadas. Considerações. Recomendações. Determinação. Envio de cópia do Relatório, Voto e

Acórdão ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Justiça, à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Arquivamento.

Aviso nº 1.966-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.966/2005, proferido nos autos do TC 016.928/2004-4, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/10/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Sumário: Auditoria decorrente de Solicitação da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Auditoria. Análise das ações implementadas pela Agência Nacional de Energia elétrica – Aneel – no processo de privatização das empresas do setor elétrico. Recomendações. Determinações. Comunicações.

Aviso nº 6943-GP-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia da Instrução da Unidade Técnica, relativa ao processo nº TC-009.471/2005-6, que trata de *Solicitação do Congresso Nacional referente ao procedimento de fiscalização para verificar a execução do Contrato de Concessão celebrado entre a União e a Empresa Ferroviária Novoeste S/A*.

Interessados: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional de procedimento de fiscalização para verificar a execução do contrato de concessão celebrado entre a União e a Empresa Ferroviária Novoeste S.A .

Em atendimento à Representação nº 20/2004, do Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, MS e MT – CUT.

Aviso nº 6663-GP-TCU-Plenário

O Tribunal de Contas da União encaminha desdobramentos decorrentes das determinações ínsitas nos subitens 8.3.1 e 8.3.2 da Decisão nº 486/99-TCU-Plenário, proferida no âmbito do processo nº TC-006.242/1999-5, originado do Requerimento nº 26/1999 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Em atendimento ao Requerimento nº 26/1999.

Aviso nº 1.966-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.665/2005, proferido nos autos do TC 004.151/2004-6, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/10/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgãos: Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Relatório de auditoria. Recursos originários de Participação Especial na exploração do petróleo, a cargo do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Não utilização, em programas específicos relativos à indústria petrolífera, dos recursos oriundos da participação especial referente à exploração de petróleo e gás natural. Utilização de dotação orçamentária em programas não exclusivos aos relacionados com a indústria do petróleo. Determinações e recomendações. Ciência aos Ministérios do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e entidades vinculadas, às Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Aviso nº 2.157-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.844/2005, proferido nos autos do TC 008.232/1999-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Pedido de Reexame.

Entidade: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

Interessados: Joel Mendes Rennó, Antônio Carlos sobreira de Agostini, Arnaldo Leite Pereira, Aurilio Fernandes Lima, Orlando Galvão Filho, Percy Louzada de Abreu, e Sebastião Henriques Vilarinho.

Sumário: Pedido de Reexame contra acórdão exarado em processo referente a denúncia. Aplicação de multa aos responsáveis, em decorrência do não-acolhimento das razões de justificativa apresentadas acerca de irregularidades que teriam ocorrido nas contratações da empresa Marítima para o afretamento e a prestação de serviços de operação de plataformas. Argumentos capazes de elidir as irregularidades

que ensejaram a apenação. Conhecimento. Provimento. Insubsistência de itens do acórdão recorrido. Ciência aos interessados.

Aviso nº 2.163-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.854/2005, proferido nos autos do TC 020.046/2004-0, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Órgão: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Prefeitura de São José/SC. Aplicação de recursos públicos federais em convênios e contratos de repasse. Situação de adimplência no Siafi. Existência de processos em que consta como responsável o ex-prefeito de São José/SC. Comunicação do estágio em que eles se encontram. Conhecimento. Encaminhamento das informações. Arquivamento.

Em atendimento ao Requerimento nº 88/2004, do Sr. Mauro Passos.

Aviso nº 2.178-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.857/2005, proferido nos autos do TC 013.023/2004-5, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 16/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Acompanhamento.

Órgãos: Ministério dos Transportes, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente.

Sumário: Acompanhamento. Aplicação dos recursos da Cide-Combustíveis. Constatação de desvio de finalidade. Custeio de despesas administrativas, incompatíveis com o propósito dessa contribuição. Manutenção de grande volume de recursos em caixa, para utilização no cumprimento das metas de superávit primário. Substituição de fontes ordinárias de dotações antigas do Orçamento dos Transportes por receitas proporcionadas pela Cide-Combustíveis. Falta de concretização dos mandamentos constitucionais que justificaram a instituição da contribuição. Determinações. Recomendações. Ciência.

Aviso nº 2.036-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.077/2005, proferido nos autos do TC 019.484/2005-9, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 30/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Solicitação de Auditoria.

Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Sumário: Solicitação de Auditoria formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Índícios de irregularidades em contrato celebrado entre o INSS e a Fundação Universidade de Brasília-FUB. Conhecimento. Matéria tratada em outro processo. Apensamento. Ciência da deliberação à interessada.

Em atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle nº 85/2005, da Sra. Juíza Denise Frossard.

Aviso nº 2.279-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.084/2005, proferido nos autos do TC 007.769/2004-7, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 30/11/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidade: Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Sumário: Auditoria de gestão e monitoramento determinada na Decisão nº 295/2002-TCU-Plenário. Observação do cumprimento da Decisão. Avaliação da administração e dos resultados do Proap. Exame da possibilidade de incrementação de receitas como alternativa à alienação de bens patrimoniais. Verificação das providências adotadas para obstrução da prescrição e decadência de créditos patrimoniais. Audiência. Determinações. Apensamento às contas de 2004 da entidade.

Aviso nº 2.357-SGS-TCU-Plenário

Encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.148/2005, proferido nos autos do TC 010.889/2005-5, examinado pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 07/12/2005, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações-MC e Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Sumário: Auditoria operacional com o objetivo de verificar as dificuldades, limitações e barreiras que impedem a aplicação dos recursos do Fust. Ausência de atuação eficaz do Ministério das Comunicações, no estabelecimento de políticas, diretrizes e prioridades que orientarão a aplicação dos recursos,

conforme determina a Lei nº 9.998/2000, que criou o fundo. Ausência de definição dos programas, projetos e atividades que receberão recursos do Fust. Falta de integração das ações relativas à inclusão digital. Problemas na formulação do SCD. Constatação de que a atual legislação não impede a utilização dos recursos do Fust. Determinações ao Ministério das Comunicações e à Anatel. Recomendações à Casa Civil da Presidência da República. Determinação para que a Sefid realize o monitoramento da deliberação. Ciência a diversas comissões da Câmara e do Senado. Ciência ao Ministério Público da União.